



Código de Processo Penal deverá ter novas mudanças

Em entrevista ao **Jornal do Senado**, a senadora Ideli Salvatti comenta a sanção, pelo presidente Lula, das três primeiras alterações no Código de Processo Penal. Pela segunda vez à frente do grupo de trabalho criado

pela Comissão de Constituição e Justiça para agilizar procedimentos judiciais, a senadora diz que retomará parcerias com o Poder Judiciário para identificar os nós do sistema e encontrar caminhos para desatá-los.

PÁGINA 7

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.825/177 – Brasília, 16 a 22 de junho de 2008 EDIÇÃO SEMANAL

Precatórios, Varig e “nova CPMF” mobilizam Senado

PÁGINAS 3, 8 E 9

Uma semana de atividades em defesa do meio ambiente

PÁGINA 10

Número de escolas técnicas federais deve dobrar até 2010

Já está em andamento a implantação das unidades do plano de expansão, lançado em abril de 2007 como parte do PAC da Educação.

PÁGINA 6

CPI da Pedofilia ouve acusados e familiares de vítimas

Em São Paulo, comissão colocou frente a frente acusados e pais de vítimas. Márcio Toledo, um dos envolvidos, recusou-se a identificar outros agressores.

PÁGINA 12

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

— cidadania

Ansiedade e fobia também atingem as crianças

Birra e manha nem sempre são atitudes de criança e adolescente mimados, e podem indicar problemas emocionais. Os mais comuns são a ansiedade e a fobia, transtornos que causam grande sofrimento, mas que podem ser identificados e tratados.

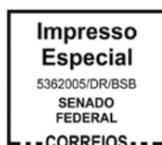
PÁGINA 16



O bairro da Liberdade, em São Paulo: maior concentração da colônia japonesa no Brasil

Visita de príncipe herdeiro marca centenário da imigração japonesa

PÁGINAS 4 E 5



PLENÁRIO



Arlindo Chinaglia preside sessão na Câmara que aprovou a CSS: placar magro anima oposição

Oposição articula derrubada da CSS

Um dia depois da aprovação, na quarta-feira, pela Câmara dos Deputados, da regulamentação dos gastos com a saúde e da criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS), senadores da oposição já se mobilizavam para arrematar votos dos governistas e derrubar a proposta.

Animados com o resultado da votação na Câmara – o governo conseguiu o apoio de 259 deputados, ou seja, somente dois a mais que o necessário para aprovar um projeto de lei complementar –, os oposicionistas prometem criar todos os obstáculos possíveis para inviabilizar a chamada “nova CPMF”. O PSDB intenta até recorrer ao

Supremo contra a criação do tributo por lei complementar.

– Sei de pelo menos dois senadores que votaram a favor da CPMF que votarão contra a CSS – disse José Agripino (RN), líder do Democratas, em referência ao episódio em que, em dezembro do ano passado, o governo não obteve, no Senado, os votos para prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Se a CSS for aprovada pelo Congresso, todas as movimentações financeiras serão tributadas em 0,1% a partir de 1º de janeiro de 2009, à exceção das dos trabalhadores assalariados, aposentados e pensionistas do

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem até R\$ 3.038 por mês.

– Acho que o governo não chega a 30 votos, porque isso desmoraliza o senador que votar a favor – avaliou Demostenes Torres (DEM-GO).

A criação da contribuição foi o mecanismo encontrado por deputados governistas para viabilizar o aumento dos repasses para a saúde com a regulamentação da Emenda Constitucional 29. Nos moldes em que foi aprovada no Senado, a regulamentação não previa a fonte dos recursos adicionais para o percentual mínimo a ser investido no setor.

Garibaldi quer taxar cigarro, álcool e carros

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, informou ter encomendado à Consultoria Legislativa da Casa um estudo que preveja o aumento da taxa de cigarros, bebidas, automóveis de luxo e importados e a destinação dessa receita adicional aos investimentos em saúde. O senador considera que o aumento da tributação de tais mercadorias é a melhor solução para ampliar o orçamento do setor.

Garibaldi observou que o apertado resultado que o governo obteve na Câmara dos

Deputados com a aprovação da CSS é sinal de que o Executivo terá maiores dificuldades no Senado. Ele reconhece que

a matéria pode até ser aprovada pelos senadores, mas isso dependerá de muita articulação.

– O resultado sinaliza claramente para isso. Se o governo não tiver

as devidas precauções, pode realmente ter um insucesso como teve com a CPMF – alertou o senador, lembrando que já se colocou “na situação do cidadão”, mas reconhece que a saúde precisa ter recursos para

atender seus objetivos.

Garibaldi Alves também explicou que, no estudo encomendado à consultoria, não estava incluído o aumento da taxa de armas, mas o de bebidas, cigarros, automóveis de luxo e veículos importados.

O senador também reconheceu que será difícil para o governo submeter o projeto da CSS ao Senado antes do encerramento do semestre. Ele comentou que quatro medidas provisórias trancam no momento a pauta de votações e que o governo teria de mostrar grande agilidade para trazer essa matéria a tempo para a deliberação do Senado antes do recesso, em 18 de julho.

Aprovado status de ministro a secretário

Em votação simbólica, o Plenário do Senado aprovou a Medida Provisória 419/08, que eleva ao status de ministro o secretário Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência. A oposição e parte dos governistas protestaram contra o envio da proposta ao Congresso Nacional por meio de MP votando contra os pressupostos de urgência e relevância, que acabaram sendo aprovados por 29 votos a 27. Diversos senadores manifestaram-se no sentido de que o governo deveria ter proposto a mudança por meio de projeto de lei e pedido a tramitação em regime de urgência. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse entender que a medida provisória não cumpria os requisitos constitucionais de urgência e relevância. Para ele, a MP foi baixada por conveniência: dar uma remuneração de ministro ao deputado Edson Santos (PT-RJ), que assumiu o cargo no dia 20 de fevereiro.

Medidas trancam 70% das sessões em 2007

De 127 sessões deliberativas realizadas pelo Senado em 2007, 89 estiveram com a pauta trancada por MPs, fato considerado “inadmissível” pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao abrir o seminário *20 anos da Constituição Cidadã*, promovido pelas duas Casas do Legislativo.

– Como é que se pode admitir isso? Isso é um atentado à Constituição. Setenta por cento das sessões deliberativas não foram deliberativas por causa das medidas provisórias. Mas o que importa é que, acima de diferenças partidárias, possamos defender a independência do Poder Legislativo, assegurar que o Legislativo tenha agenda própria. Já basta de tanta medida provisória. Nós temos que reaprender a votar projetos de lei – disse ele, sugerindo que as comemorações dos 20 anos da Carta Magna não deixem de reconhecer o que nela precisa ser melhorado.

CCJ pode votar PEC dos Precatórios nesta terça

Depois de vários adiamentos e pedidos de última hora, o relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece regras para o pagamento de precatórios (débitos da União, estados e municípios fixados por sentença judicial) ganhou mais uma versão. Ela deverá ser concluída nesta segunda-feira para ser votada em reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), marcada para esta terça-feira, a partir das 14h.

Tanto Raupp quanto o presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), já deixaram claro que estão empenhados em concluir a votação da matéria esta semana. “Votamos no máximo até quarta-feira”, prevê Maciel, que manteve a reunião ordinária da CCJ. No entanto, não há um acordo final entre os próprios líderes que assegure a votação tanto na comissão quanto no Plenário. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, pretende costurar esse entendimento para que o substitutivo de Raupp seja votado no Plenário tão logo a CCJ encerre o exame da matéria. “A idéia é essa”, informou Gari-

baldi ao **Jornal do Senado**.

As negociações em torno das 15 emendas apresentadas ao substitutivo da PEC dos precatórios estão praticamente concluídas, segundo Raupp. Ele informou que acatou, por exemplo, mudança sugerida pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para alterar o valor pago por meio de leilão eletrônico, no qual prevalece o lance do credor que aceitar o maior deságio sobre o precatório. O relator baixou de 60% para 50% dos recursos que estados e municípios terão de destinar anualmente para os precatórios.

Os 50% restantes seriam divididos entre os pagamentos por ordem de valores (30%), mantendo prioridade para os credores com mais de 60 anos de idade, e para os que estão há mais tempo na fila (20%). Eduardo Azeredo explicou que foi uma solução conciliatória, que abre espaço para o atendimento de precatórios de valores médios. Os secretários de Fazenda de Minas Gerais e de São Paulo, os mais empenhados nas negociações, preferiam, segundo o senador, a distribuição anterior. Mas a medida, continuou, “acalma um pouco” a Ordem dos Advogados do Brasil, entidade que permanece contrária a qualquer entendimento sobre os leilões.

Ainda há, no entanto, pontos polêmicos. Um deles tornará mais rígidas as punições aos estados e municípios que descumprirem as regras fixadas pelo regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo substitutivo à PEC 12/06. A nova versão do relatório de Valdir Raupp poderá incluir dispositivo para determinar o bloqueio de recursos até completar o comprometimento obrigatório anual da receita corrente líquida de estados (entre 0,6% e 2%) e municípios (0,6% e 1,5%).



Raupp, relator: emendas acatadas, mas ainda há pontos a resolver

CMO define relatores setoriais do Orçamento para 2009

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) definiu os parlamentares que elaborarão os dez relatórios setoriais da proposta orçamentária para 2009. Quatro deles são senadores.

Os setores de Agricultura e Desenvolvimento passarão pelo crivo do senador Neuto de Conto (PMDB-SC); Trabalho, Previdência e Assistência Social ficarão com Gim Argello (PTB-DF); Integração Nacional e Meio Ambiente, com a senadora Kátia Abreu (DEM-TO); e Planejamento e Desenvolvimento Urbano, com

César Borges (PR-BA).

As outras seis ficaram a cargo de deputados federais. Matérias relativas aos três Poderes, ao Ministério Público da União e às Relações Exteriores, com Guilherme Campos (DEM-SP); Justiça e Defesa, com Rodrigo Rollemberg (PSB-DF); Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, com Dilceu Sperafico (PP-PR); Infraestrutura, com Carlito Merss (PT-SC); Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, e Esporte, com Bruno Araújo (PSDB-PE); e Saúde, com Aníbal Gomes (PMDB-CE).

BRASIL - JAPÃO Herdeiro do trono participa das comemorações do centenário e passa por quatro estados e pelo DF

Bairro da Liberdade, em São Paulo: estado reúne 80% de toda a colônia nipônica, calculada em 1,5 milhão

Comércio entre países movimentou US\$ 9 bilhões

De acordo com a embaixada brasileira em Tóquio, no comércio entre os dois países, o Japão tem perdido importância diante de outros parceiros asiáticos, como a China e a Coreia do Sul. As exportações brasileiras para o Japão se concentram em produtos de pouco valor agregado, caso das *commodities* (agrícolas ou de extração mineral). A possível introdução do etanol na matriz energética japonesa deverá aumentar as exportações brasileiras.

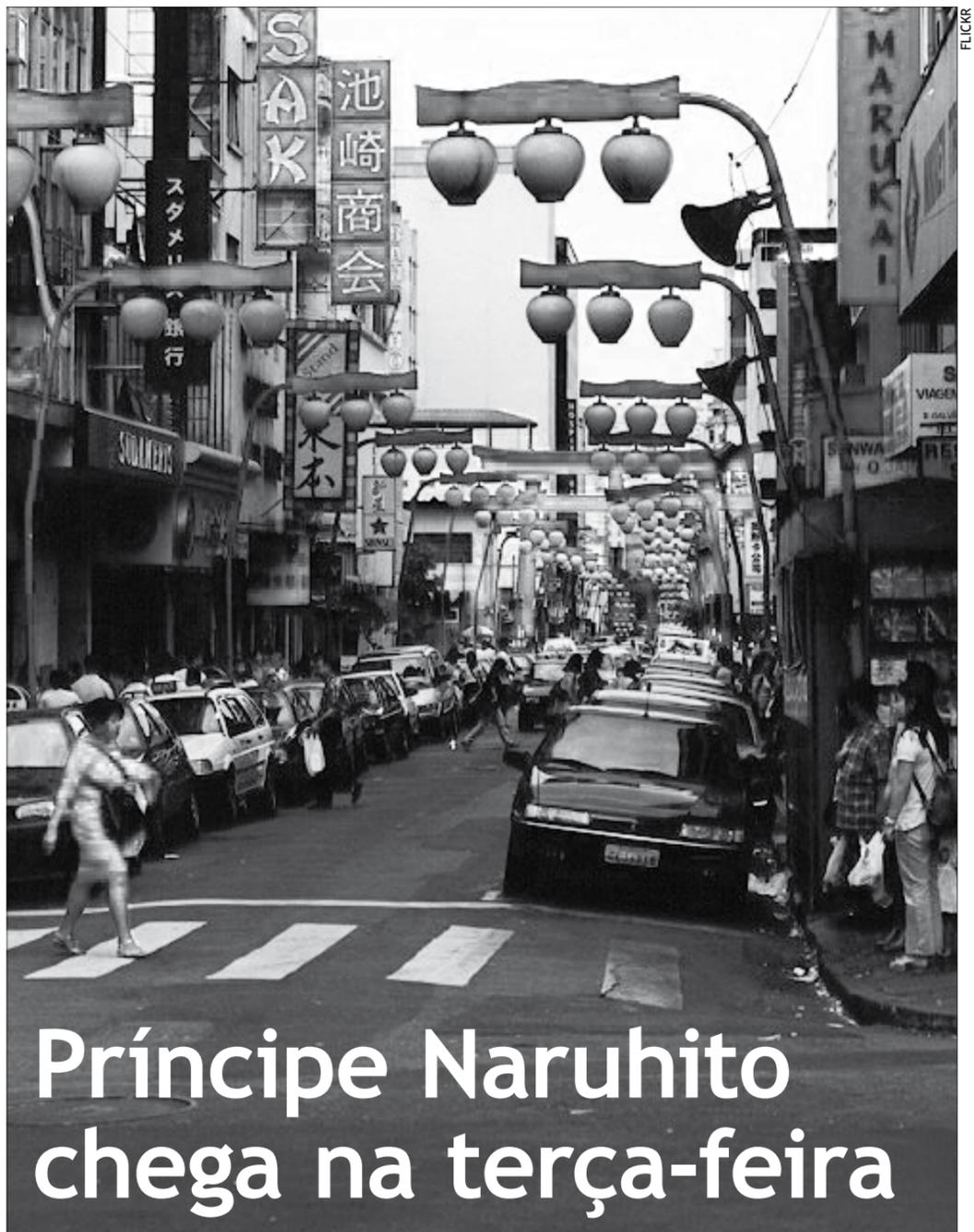
Os principais produtos exportados para o Japão em 2007 foram minérios de ferro não aglomerados (19,44%), alumínio bruto (13,46%), frango congelado (13,20%), minérios de ferro aglomerados (8,64%), café não torrado (6,31%), álcool etílico (3,53%), níquel bruto (3,40%), suco de laranja (3,15%), pasta de madeira (2,69%) e soja (2,52%).

As exportações para o Japão em 2007 responderam por 2,69% do total, com um valor de US\$ 4,321 bilhões, sendo esse país o 8º destino das exportações brasileiras. Os primeiros da lista são os Estados Unidos, com US\$ 25,065 bilhões, respondendo por 15,6% das exportações.

Japão foi o 8º maior destino de exportações brasileiras no ano passado

No mesmo ano, as importações do Japão alcançaram US\$ 4,609 bilhões (ou 3,82% do total), deixando aquele país na 6ª posição entre os fornecedores de produtos para o Brasil. Os principais produtos importados foram acessórios para tratores e veículos (3,22%), caixas de marchas para veículos (3,18%), peças para aviões ou helicópteros (2,9%), acessórios para motocicletas (2,52%), acessórios de impressão (2,5%), automóveis de passeio (1,84%) e acessórios de carroceria para veículos (1,51%), entre outros.

Intercâmbio comercial Brasil-Japão (2000 a 2007)



Príncipe Naruhito chega na terça-feira

Desde o início do ano, diversos eventos comemorativos do centenário da imigração japonesa no Brasil têm sido realizados em todo o país. As comemorações – que prosseguem até o final do ano – têm seu ponto alto nesta semana, com a chegada ao Brasil do herdeiro do trono japonês, príncipe Naruhito, que fica no país de terça-feira até o dia 25.

Brasília é a primeira cidade a ser visitada. O príncipe tem encontro marcado na quarta-feira – dia do centenário da imigração japonesa – com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

O príncipe Naruhito visita ainda as cidades de São Paulo e

Santos (SP), Londrina, Rolândia e Maringá (todas no Paraná), Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ). Em São Paulo, o destaque é a Semana Cultural Brasil-Japão, que ocorre desde sábado e vai até domingo, no Complexo do Anhembi. Estão previstas apresentações de danças folclóricas, músicas e artes marciais, além da Orquestra Filarmônica do Humanismo Ikeda e da chegada da Tocha da Amizade – que saiu do Japão em abril deste ano. O Desfile do Centenário narrará a história da imigração japonesa no Brasil e será encerrado com um *show* pirotécnico.

No Paraná, estão previstas

atividades culturais, como a apresentação do Coral Mil Vozes e de danças folclóricas brasileira, portuguesa, alemã e japonesa – como o Bon Odori –, a inauguração do monumento Imin-100 Paraná e a realização de um culto ecumênico das religiões católica, budista e evangélica.

No Japão, alguns eventos também marcam o centenário da imigração.

Entre as exposições programadas, destaca-se a de arte contemporânea brasileira *Blooming – Brasil-Japão onde você estiver*, no período de julho a setembro na cidade de Toyota, na província de Aichi.

Príncipe visitará oito cidades, entre elas Brasília, São Paulo e Rio

Lá faltavam empregos. Aqui, trabalhadores

O início oficial da imigração japonesa é marcado pela chegada ao porto de Santos, em 18 de junho de 1908, do navio *Kasato Maru* (foto, no embarque para o Brasil). Ele trazia 165 famílias para trabalharem nas fazendas de café do oeste de São Paulo. Nos primeiros dez anos de imigração, estima-se que 15 mil japoneses vieram para o Brasil. O número saltou para 164 mil entre 1918 e 1940, quando os imigrantes passaram a cultivar também morango, chá e arroz, além de escolherem

outros estados para viver, como o Paraná, o Mato Grosso do Sul e o Pará, neste último cultivando pimenta-do-reino.

Após imigração dos japoneses, foi a vez dos dekasseguis, na década de 90

Esse movimento migratório fez parte de um acordo entre os governos do Brasil e do Japão. Desde o final do século 19, por causa da pobreza na zona rural, formou-se uma massa de trabalhadores rurais miseráveis nas já saturadas cidades japonesas. O desemprego era altíssimo. Enquanto isso, no Brasil, após a libertação dos escravos, faltava mão-de-obra nas fazendas

de café, principal produto exportador do país na época.

Atualmente, a embaixada do Japão no Brasil estima que 1,5 milhão de japoneses e descendentes vivam no país. O estado de São Paulo abriga 80% dessa população, a maioria residindo na capital (326 mil).

No início da década de 1990, ocorreu o fenômeno dos dekasseguis, brasileiros com ascendência japonesa que emigraram para o Japão em busca de trabalho. Segundo o Ministério da Justiça, 302 mil brasileiros vivem naquele país, em sua maioria nas províncias de Aichi, Shizuoka e Gunma.



RELAÇÕES EXTERIORES



Garibaldi (C) preside a sessão, sugerida por Mercadante (D): contribuição ao desenvolvimento

Primeiros japoneses superaram desafios

Na sessão especial que homenageou o centenário da imigração japonesa, o presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, lembrou as muitas dificuldades enfrentadas pelos primeiros japoneses que vieram ao país, como o idioma, a cultura e os hábitos alimentares, além das doenças tropicais.

Na abertura da homenagem, na quinta-feira, ele louvou a grande contribuição da colônia nipônica, que já soma 1,5 milhão de pessoas, ao processo de desenvolvimento brasileiro, inclusive no Rio Grande do Norte, onde um pequeno grupo se instalou no século passado.

Garibaldi ressaltou a vocação dos imigrantes para a agricultura, com adoção de técnicas avançadas de plantio e manejo da terra, e homenageou os representantes da comunidade japonesa presentes à sessão, como o embaixador do Brasil, Ken Shimanouchi; o brigadeiro Agostinho Shibata,

representando o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito; o deputado federal Takayama, vice-presidente do Grupo Brasil-Japão do Congresso brasileiro; e o novo embaixador do Brasil no Japão, Luiz Augusto de Castro Neves.

Autor do pedido de homenagem, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou ter sido o desemprego no Japão o catalisador da emigração japonesa (*veja na página ao lado*), iniciada com 165 famílias encaminhadas para a atividade de colono em São Paulo.

– Com as famílias, sua força de trabalho e organização, havia muitos sonhos. Como afirmou o celebrado cineasta Akira Kurosawa, o homem é um gênio quando sonha, e foi isso que aconteceu – disse Mercadante, destacando a presença dos japoneses no comércio e na indústria.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), houve perfeita sintonia dos imigrantes japoneses

com a sociedade brasileira. Eduardo Suplicy (PT-SP) louvou a extraordinária contribuição dos japoneses no desenvolvimento da agricultura de cereais e hortifrutigranjeiros, com melhores sementes e técnicas de cultivo.

Intercâmbio pode ser ampliado, diz senador

Gim Argello (PTB-DF) destacou a confiança mútua entre os dois povos, representada pelas famílias que vieram para Brasília acreditando no sonho do presidente Juscelino Kubitschek.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) vestia um quimono sobre o terno, e recordou a importância do cultivo da pimenta-do-reino no Pará e homenageou todas as famílias japonesas sediadas no estado, simbolizadas na família Yamada.

Para Jefferson Praia (PDT-AM), o Senado pode trabalhar para revitalizar as relações Brasil-Japão, abrindo novos campos de cooperação bilateral.

Imigração pacífica é exemplar, diz senador

O líder do PSOL, senador José Nery (PA), disse na sessão especial que o processo de emigração dos japoneses para o Brasil deve servir de exemplo a outros países, uma vez que demonstra a forma solidária de relações entre povos. Ele observou que nem sempre a recepção de imigrantes, especialmente pelos países desenvolvidos, é feita de forma harmoniosa.

Na avaliação de José Nery, o

respeito que os japoneses têm pelos brasileiros e a sua convivência amistosa permitiram que eles contribuíssem para a riqueza do Brasil em várias atividades econômicas e sociais.

Marconi Perillo (PSDB-GO) disse que o Japão é um símbolo de paz e de alta tecnologia, que, com a imigração, se expandiu por todo o Brasil e ajudou o nosso desenvolvimento. Para Marconi, o povo japonês ensinou aos bra-

sileiros disciplina e trabalho.

Romeu Tuma (PTB-SP) destacou a mística japonesa e se emocionou ao lembrar o tratamento atencioso e fraterno recebido dos japoneses em visita que fez àquele país.

O deputado Takayama (PSC-PR), pediu apoio dos senadores ao trem-bala Shincansen, no projeto que o governo brasileiro quer implantar ligando São Paulo ao Rio de Janeiro.

Futuro embaixador vê relações em crescimento

A implantação do novo sistema de televisão digital e a possível participação de empresas japonesas na construção de um trem de alta velocidade entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas foram citadas pelo futuro embaixador em Tóquio, Luiz Augusto de Castro Neves, cuja indicação para o cargo já foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O embaixador recordou a realização de grandes investimentos japoneses no Brasil ao longo

das décadas de 60 e 70. Depois disso, observou, a crise econômica mundial da década de 80 e problemas econômicos nos dois países levaram a uma redução dos investimentos e do comércio bilateral.

– Existe um grande potencial para o relançamento das relações com o Japão, que já foi o nosso maior parceiro na Ásia – disse Castro Neves, ao lembrar o centenário da imigração japonesa.

Relator *ad hoc*, o senador Romeu Tuma também alertou para a



Castro Neves destaca grande potencial para a ampliação das relações com o Japão

queda nas trocas comerciais entre os dois países (de 7,6% em 1991 para 3,2% em 2007).

Educação gerou “milagre irlandês”, diz embaixador

A educação está na base do chamado “milagre irlandês”, disse o ministro de primeira classe Pedro Fernando Brêtas Bastos, cuja indicação para o posto de embaixador em Dublin recebeu parecer favorável da CRE. Antes visto como um dos mais atrasados países da Europa, recordou o embaixador, a Irlanda passou a ser conhecida – após os investimentos em educação, ciência e tecnologia – como o Tigre Celta.

Em 1988, relatou Brêtas, a revista inglesa *The Economist* classificou o pequeno país como “o mais pobre entre os ricos”. Nove anos mais tarde, comprou, a mesma revista chamou

a Irlanda de “luz brilhante da Europa”. Durante o período que separou as duas reportagens, o país começou a colher os frutos de duas vantagens comparativas: os pesados investimentos na educação e os recursos provenientes da União Européia para a atualização de sua infraestrutura.

A CRE também aprovou o nome da diplomata Maria Stela Pompeu Brasil Frota para o cargo de embaixadora do Brasil na Suíça. Maria Stela informou que a Suíça foi o quarto maior investidor estrangeiro no Brasil em 2006, com US\$ 1,6 bilhão, e que a balança comercial ainda é favorável àquele país.



Pedro Brêtas (E), Maria Stela Pompeu Brasil Frota e Heráclito Fortes: indicações acolhidas pelos senadores da CRE

Aprovadas indicações para a Bélgica e o Paraguai

O governo brasileiro prepara um programa de ajuda ao desenvolvimento do Paraguai, informou o embaixador indicado para Assunção, Eduardo dos Santos, cujo nome recebeu parecer favorável da CRE. Um dos pontos desse programa, adiantou, será o apoio à construção de uma linha de transmissão entre a hidrelétrica de Itaipu e a capital paraguaia.

A preocupação com a situação de brasileiros no exterior também foi tema do embaixador designado para a Bélgica, Ivan Oliveira Cannabrava, igualmente aprovado pela comissão. O diplomata observou que existem 4 mil brasileiros regulares na Bélgica, além de 20 mil a 30 mil irregulares, quase todos jovens, que se mudaram para o país europeu na época em que havia um vó direto da Vasp para a Bélgica.

Projeto facilita transporte de mercadorias por paraguaios

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) resolve antigo problema que envolve o transporte de carga autônomo entre o Brasil e Paraguai. Pela proposta do Executivo, os domiciliados no Paraguai pagarão menos imposto de renda, passando a fazer parte da mesma tabela de deduções aplicada aos transportadores residentes no Brasil (PLC 71/08).

Ao oferecer tratamento recíproco ao transportadores do Paraguai, o governo quer incentivar o comércio bilateral.

– Fica evidente que o transportador autônomo paraguaio, cujo concurso é indispensável sobretudo nos momentos de pico da safra de grãos, tem sua atividade laboral (e econômica) prejudicada, pois não pode embutir no preço do frete o custo do tributo – afirmou o relator, senador Romeu Tuma (PTB-SP).

FRONTEIRAS – As relações bilaterais entre o Brasil e a França – especialmente que envolvam o Amapá e a Guiana Francesa – serão tema de debate na CRE e na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Segundo requerimento do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), ocorreram recentemente denúncias de violência contra cidadãos brasileiros que trabalham no lado francês.

CHILENOS – A criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a presença de tropas brasileiras e chilenas no Haiti, a construção de um corredor de transportes bioceânico e os biocombustíveis foram os principais temas do encontro realizado entre senadores do Brasil e do Chile, na CRE. O embaixador chileno Álvaro Humberto Díaz Pérez, o presidente da CRE do Senado do Chile, Jaime Gazmuri, e os outros parlamentares também visitaram o Plenário.

EDUCAÇÃO Sugestões de projetos de lei pesam pouco na escolha de local das unidades de ensino profissional



Alunos de curso de panificação em escola técnica federal: escolha dos locais na expansão segue critérios demográficos e de mercado

Rede de escolas técnicas dobra de tamanho até 2010

Até 2002, haviam sido construídas no Brasil 140 escolas técnicas federais. Porém, em 2005, o governo federal anunciou o lançamento de um ambicioso plano de expansão, que pretende ao seu final, em 2010, ter mais que dobrado esse número. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a rede federal de educação profissional conta hoje com 179 instituições de ensino. A meta é chegar em 2010 com 354 escolas técnicas federais e 500 mil vagas.

Trinta e nove da primeira fase já foram entregues, enquanto 24 escolas ainda estão em obras – as aulas ocorrem em instalações provisórias – e serão concluídas nos próximos meses, garante o governo.

A implantação das 150 unidades da segunda etapa do plano de expansão – lançadas em abril de 2007 como parte do PAC da Educação – já está em andamento. Nos últimos anos, deputados e senadores têm apresentado dezenas de projetos sugerindo a abertura em seus próprios estados de escolas técnicas federais (veja nesta página). Mas

o Ministério da Educação segue outros critérios para definir onde instalar essas instituições de ensino profissional.

– A escolha dos municípios foi baseada em indicadores socioeconômicos e no conceito de cidades-pólo, para atender aos estados desprovidos dessa modalidade de ensino, além de periferias de grandes centros urbanos e municípios interioranos, distantes das metrópoles, com cursos articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho – informa o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Eliezer Moreira Pacheco.

Somente as 150 escolas da segunda fase do plano representam investimentos de R\$ 750 milhões. As unidades federais oferecem cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação. As áreas variam de acordo com a realidade regional. A rede conta com 12.664 professores com nível de especialização – 5.509 (43,4%) têm mestrado ou doutorado.

Ainda este ano o MEC pretende implantar um novo modelo de

unidade federal de ensino profissional: os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Os chamados Ifets serão especializados em educação profissional e tecnológica, mas também oferecerão educação superior e básica, com ênfase na área de pesquisa e extensão. Metade das vagas

oferecidas será destinada a cursos técnicos de nível médio, em especial de currículo integrado.

Os atuais centros e escolas federais poderão elaborar propostas para participarem do novo modelo da rede baseado nos Ifets. Todos os estados terão pelo menos um instituto.

Para educar e formar

Rede federal de ensino profissional é formada pelos seguintes tipos de estabelecimento:

- **escolas técnicas federais:** oferecem habilitações de nível técnico, além de diversos cursos de nível básico e do ensino médio, prioritariamente voltados para as áreas da indústria e de serviço;
- **escolas agrotécnicas federais (EAFs):** oferecem habilitações de nível técnico, além de diversos cursos de nível básico e do ensino médio, porém voltados para sua área específica;
- **escolas técnicas vinculadas às universidades federais:** só diferem das anteriores por não terem autonomia administrativa, financeira e orçamentária, mas oferecem basicamente os mesmos cursos de formação, além do ensino médio;
- **centros federais de educação tecnológica (Cefets):** ministram ensino superior, de graduação e pós-graduação, com ênfase na área tecnológica. Oferecem ainda formação pedagógica de professores e especialistas, além de cursos de nível básico, técnico e tecnológico e do ensino médio;
- **unidades de ensino descentralizadas (Uneds):** escolas que possuem sede própria, mas mantêm dependência administrativa, pedagógica e financeira em relação ao Cefet a que estão vinculadas;
- e mais a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e campi vinculados a essa universidade.

Mais de 40 propostas em tramitação

Sugerir ao Poder Executivo a criação de escolas técnicas em cidades de seus estados de origem tem sido uma prática constante dos parlamentares. Tramitam no Congresso, atualmente, 42 projetos autorizados para criação de escolas técnicas federais, dos quais 18 no Senado e 24 na Câmara. Somados aos 236 que já tramitaram em anos recentes, é um volume enorme de proposições, muitas delas repetitivas.

Pedidos de senadores e deputados para criação de escolas técnicas em uma ou outra cidade repetem-se com frequência. Trata-se, na verdade, mais de uma prestação de contas pública do autor junto ao eleitorado, já que projetos de tal gênero são, pela Constituição, de competência privativa do Poder Executivo.

Alguns senadores destacam-se na apresentação de proposições desse tipo, entre eles Valdir Raupp (PMDB-RO), com sete projetos; Marconi Perillo (PSDB-GO), seis; e Paulo Paim (PT-RS), cinco. No caso de Rondônia, há sete pedidos de Raupp, mas os planos de expansão da rede prevêem apenas três novas escolas naquele estado.

Em Goiás funcionam sete instituições do gênero, com mais seis programadas (mesmo número de projetos autorizados sugeridos por Marconi Perillo).



Marconi Perillo defende a criação de escolas federais em seis cidades de Goiás

Concursos para professor e técnico oferecerão 3.380 vagas em todo o país

O MEC autorizou as instituições federais de educação profissional e tecnológica a realizar concursos públicos para o preenchimento de 3.380 vagas de professores e técnico-administrativos. São 1.560 vagas de professor de 1º e 2º graus e 1.820 vagas de técnico-administrativo em educação. As instituições têm até o final de 2008 para promover os concursos.

Hoje, há 12.664 professores

para 173 mil estudantes nas 185 escolas da rede federal de educação profissional, que oferecem cursos de nível médio e superior. Com o plano de expansão da rede, em 2010 serão 354 escolas em funcionamento. Para a ampliação do número de escolas da rede, novos profissionais serão contratados.

O piso salarial, tanto dos professores quanto dos técnico-administrativos, é variável. A

remuneração para professor de 1º e 2º graus, com dedicação exclusiva, varia de R\$ 1.901,71 a R\$ 5.894,87. Já o vencimento do técnico-administrativo em educação vai de R\$ 701,98 a R\$ 3.020,53.

Os novos cargos são destinados aos centros federais de educação tecnológica (Cefets), escolas agrotécnicas federais, escolas técnicas vinculadas às universidades

federais, além da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, do Colégio Pedro II e escolas técnicas federais de Palmas e Rondônia.

Além de suprir a carência de professores e de pessoal administrativo em algumas unidades criadas nos últimos dez anos – e que até hoje não têm quadros próprios –, as vagas vão atender às novas unidades de ensino que integram as fases 1 e 2 do plano

de expansão da rede federal.

“Além de duplicar o número de escolas, é necessário contratar novos servidores para garantir um ensino de qualidade”, explicou o secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Eliezer Pacheco. Segundo ele, com infraestrutura adequada, contratação de novos docentes e salários dignos é possível garantir um ensino que é referência no Brasil.

ENTREVISTA Grupo de trabalho estuda, pelo segundo ano consecutivo, soluções para “desatar os nós do Judiciário”

Ideli Salvatti



LEOPOLDO SILVA

Novas mudanças à vista para as leis penais

Pela segunda vez, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), irá presidir o grupo de trabalho que estuda alterações no Código de Processo Penal para agilizar os procedimentos judiciais. O grupo, que agora será formado por novos membros, atua no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na semana passada, o presidente Lula sancionou os três primeiros projetos, que tramitavam desde 2001. Entre as principais mudanças na lei está o fim do direito a um segundo julgamento ao condenado pelo tribunal do júri a mais de 20 anos. Nesta entrevista, Ideli diz que o grupo voltará a fazer parcerias com órgãos do Poder Judiciário para identificar os nós do sistema e encontrar caminhos para desatá-los.

Jornal do Senado – O Código de Processo Penal (CPP) é antigo (1941), retrata outra realidade e foi pouco modificado desde sua criação. Por que demorou tanto para ser revisado?

Ideli Salvatti – O código já tem mais de 60 anos e nós tivemos nesse período inúmeras iniciativas para que ele pudesse ser aperfeiçoado. O que acabou, de alguma forma, dando condições para fazermos as modificações foi a capacidade política de aprovar no Congresso Nacional a reforma do Judiciário, que foi, no meu ponto de vista, tímida, mas que acabou fazendo modificações para as quais havia muita resistência. A primeira delas foi a criação do Conselho Nacional de Justiça, um órgão que poderia ser até mais aberto à sociedade, e todo o de-

bate da questão da súmula vinculante, que foi extremamente difícil. Mexer no ordenamento jurídico de qualquer país sempre causa muita preocupação e dificuldade. Preocupação porque você parte do que está estabelecido como acordo social, como o que se entende como adequado, para alguma coisa que tem caráter experimental. Você imagina que vai funcionar melhor, mas a tentativa de mudança sempre esbarra na resistência, porque você estará mexendo com a liberdade das pessoas, com suas vidas. Depois, como em todo setor, há interesses e obviamente eles atuam, e nós tivemos a oportunidade de nos preocupar com isso e perceber as movimentações. Estamos agora com a modificação de uma regra jurídica importante que é o pagamento dos precatórios judiciais.

Mesmo tendo sido elaborada por um ex-presidente do Supremo, atualmente ministro da Defesa [Nelson Jobim], veja a resistência que o Senado está tendo para modificar essa legislação.

O que ajudou na aprovação rápida (em menos de um ano) dos projetos de lei que modificam o CPP após a criação do grupo de trabalho na CCJ?

A partir do momento em que a reforma do Judiciário se concretizou e nós tivemos episódios que se transformaram em comoção nacional, como o caso do menino [João Hélio] arrastado num roubo de carro e agora da menina Isabella [atirada de um prédio em São Paulo], acaba havendo uma necessidade de se tomar providências, e sob alguns aspectos isso ajuda a obtermos resultados positivos, como na iniciativa que tomamos no ano passado de constituir um grupo, de forçar, de estabelecer as parcerias, que foram muitas. Não só suprapartidárias, mas também de todo o trabalho que fizemos, que foi muito positivo. A ministra Ellen Gracie, que na época presidia o Supremo, constituiu um grupo de trabalho para nos auxiliar, até porque são os operadores da Justiça que têm a dimensão mais exata de onde estão os nós, as barreiras. Além de um trabalho com a Associação dos Magistrados do Brasil e com a Associação dos Juizes Federais, tivemos muita ajuda do mundo jurídico e por isso acabamos sendo bem sucedidos na aprovação rápida dos três projetos, agora transformados em lei. Outra coisa que ajudou foi o acordo que fizemos entre as presidências da Câmara e do Senado para priorizar os projetos que precisavam ser votados rapidamente. Dos cinco projetos aprovados, três já estão sancionados.

Os projetos sancionados têm força para modificar significativamente o processo penal?

São mudanças de grande repercussão e que vêm exatamente para evitar problemas que nós vivenciamos e que provocaram reações imensas, como foi o caso da absolvição do mandante do assassinato da irmã Dorothy [Stang, missionária norte-americana que atuava em Anapu, no Pará, onde foi morta a tiros em fevereiro de 2005], que, por conta do que estabelecia anteriormente a lei, permitiu-se que, mesmo tendo sido condenado à pena máxima por unanimidade, houvesse novo júri. Bastava apenas requerer, mesmo não havendo qualquer indício de irregularidade no processo ou no julgamento. Esse caso foi escandaloso. Obviamente advogado nenhum teria elementos para pedir um novo júri, mas a legislação permitia e veja o que aconteceu, foi absolvido. Isso indignou a todos, com repercussão até internacional. Agora, em termos de processamento judicial, as mudanças ainda levarão um tempo para serem sentidas, porque o Judiciário terá de se readequar. A primeira delas é com relação à absolvição sumária, que foi algo que, no substitutivo, no projeto que eu relatei, acabou se transformando na principal novidade. O que temos hoje é uma situação em que, mesmo o juiz estando absolutamente convencido da inocência do acusado, o processo precisava continuar. A partir de agora, depois que o Ministério Público estabelece a acusação,

o réu é acionado, tem dez dias para apresentar sua defesa prévia e, tendo todos os elementos para se configurar a convicção da inocência pelo juiz, a absolvição se dá. A outra questão que agilizará muito é o procedimento de tudo ser feito em uma audiência única. Não havendo a absolvição sumária, a oitiva de testemunhas e advogados e a decisão do juiz serão feitas todas numa audiência só, que poderá levar vários dias, mas será tudo num procedimento único, impedindo a protelação. Os especialistas estimam que, no mínimo, teremos uma redução de um terço ou até a metade do tempo processual. E não é só tempo, é custo.

Um dos projetos sancionados impede que os condenados pelo tribunal do júri a mais de 20 anos de reclusão apresentem recurso. Isso pode provocar a redução dos casos de crimes dolosos contra a vida, por exemplo?

O maior problema no Brasil não é a falta de legislação, é a impunidade. É conseguir efetivamente aplicar a lei que está em vigor, fazer a Justiça ter a ação de execução do processo judicial de forma rápida e segura. De que adianta uma lei de 30 anos, perpétua ou até de morte, para os que defendem, se a expectativa de quem comete o crime de ser pego, de ser punido, é pequena? Então, o tamanho e a gravidade da pena são absolutamente irrelevantes se você não tem a eficiência judicial. Portanto, tornar cada vez mais líquido e certo que haverá punição é que fará com que as pessoas pensem melhor antes de cometer os crimes.

Ainda há muito a se modificar no CPP e no próprio Código Penal?

Pela gravidade da morosidade e da impunidade, eu acredito que sim. É sempre delicado, porque a discussão normalmente acaba saindo pela alternativa que se apresenta como mais rápida e que muitas vezes não é. Quando se fala em impunidade, a primeira coisa que as pessoas querem fazer é aumentar as penas. Mas as penas não são pequenas.

Além das modificações na legislação, que outras mudanças precisariam ocorrer para agilizar o Judiciário?

Vou ser muito franca. Eu considero que o Judiciário brasileiro poderia ser um pouco mais modesto nos prédios e ser mais eficiente no pessoal e nos equipamentos. É um absurdo, com tudo o que temos de desenvolvimento, você ter ainda processo em papel. Infelizmente o Judiciário brasileiro ainda é, com raríssimas exceções, papel. O que faz com que a gente tenha um processamento mais moroso. Essas são questões que temos de aguardar, porque não é mudança de lei, mas de comportamento, de postura administrativa do próprio Judiciário.



JANDUARI SIMÕES/FOLHA IMAGEM

Lei impediria absolvição do acusado de mandar assassinar Dorothy Stang

COMISSÕES Depoimentos desta quarta-feira na Comissão de Infra-Estrutura devem decidir os próximos passos da oposição. Na semana passada, Denise Abreu apontou pressão, que antiga direção da Anac desmentiu

Caso Varig pode ter semana decisiva

Esta semana poderá ser decisiva para os partidos de oposição formularem ou não pedido de criação, no Senado, de uma nova comissão parlamentar de inquérito (CPI), desta vez para aprofundar as investigações sobre o processo de venda da companhia aérea Varig para a VarigLog, sua ex-subsidiária de transporte e logística. Uma definição poderá ser tomada após o depoimento do advogado Roberto Teixeira, marcado para esta quarta-feira, a partir das 10h, em reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Denúncias dão conta de que Roberto Teixeira, amigo e compadre do presidente Lula e representante no país do fundo norte-americano Matlin Patterson – dono da Volo

do Brasil – ,teria influenciado o governo a aprovar a venda da Varig para a VarigLog, e, depois, para a Gol. O escritório do advogado também é visto pela oposição como o principal responsável pela formulação do arcabouço jurídico que resultou na concretização do negócio, estimado em cerca de US\$ 320 milhões.

Em depoimento prestado na CI, a ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu denunciou um suposto tráfico de influência por parte da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na venda das empresas para o fundo norte-americano Matlin Patterson, em sociedade com três brasileiros – Marco Antonio Audi, Luiz Eduardo Gallo e Marcos Haftel. Eles também

foram convidados para depor na CI nesta quarta-feira.

Denise Abreu informou que, em 2006, exigiu a apresentação das declarações do Imposto de Renda dos três sócios brasileiros para saber se eram compatíveis com a operação. Disse que também pediu provas da legalidade da entrada dos recursos no país, além de pedido de informação sobre um suposto contrato mútuo (de gaveta) entre o grupo estrangeiro e os sócios brasileiros. Roberto Teixeira, segundo ela, teria feito pressões para que as exigências fossem retiradas. Também poderá contribuir para a criação de uma CPI o resultado do exame dos documentos deixados por Denise Abreu na Comissão de Infra-Estrutura.



Renato Casagrande, Romero Jucá e Ideli Salvatti (foto acima), da base do governo, consideram sem fundamento as acusações de Denise Abreu. Arthur Virgílio (foto à esquerda) defende aprofundamento de investigações

Denise acusa ministra e escritório de advocacia

A ex-diretora da Anac Denise Abreu admitiu que foi “indagada expressamente” pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, sobre as razões da exigência de documentação feita aos compradores das empresas aéreas Varig e VarigLog. Denise Abreu, cujo depoimento à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) se estendeu por nove horas, disse ter sido acusada de estar “interpretando a lei”.

Apesar de ter comparecido à audiência com uma mala de documentos, Denise não apresentou “prova concreta” de suposta pressão que teria recebido da ministra. “Ninguém faz uma pressão dessas diretamente,



Denise reiterou denúncias contra a ministra Dilma e o escritório de Roberto Teixeira

com ata assinada”, respondeu a Renato Casagrande (PSB-ES). Ela ainda denunciou pressões por parte do escritório do advogado

Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) observou que Roberto Teixeira foi advogado dos dois lados. “Atuou na venda da companhia sem as dívidas e depois na venda da empresa para a Gol”.

Em defesa da ministra, Romero Jucá (PMDB-RR) e Ideli Salvatti (PT-SC) lembraram a mobilização do Congresso e da sociedade para evitar a quebra da Varig.

– Já estava em vigor a Lei de Falências, que aprovamos em 2005 – afirmou Ideli, acrescentando que a Varig foi a primeira empresa de grande porte cuja venda foi regida pela nova lei.

Zuanazzi e ex-diretores negam pressões

O ex-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Milton Zuanazzi defendeu, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, os atos da agência durante o processo de venda da Varig e da VarigLog. Sobre a participação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, nos episódios, Zuanazzi não concordou com a versão da ex-diretora Denise Abreu. Ele afirmou que, durante uma reunião na Casa Civil em 22 de junho de 2006, expôs a posição da agência contrária à conclusão

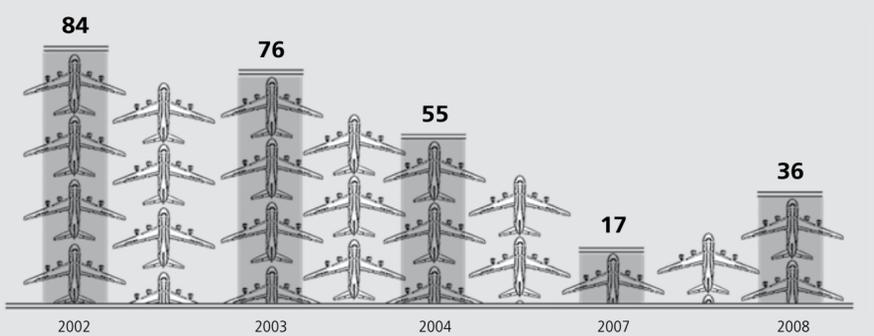
do negócio da VarigLog, em face da não comprovação de capacidade financeira dos sócios minoritários do consórcio que tinha sócios majoritários estrangeiros. Segundo Zuanazzi, a ministra disse apenas: “Essa é a posição da Anac. A posição do governo é a de salvar a Varig”.

Zuanazzi ressaltou que Denise Abreu alarmou-se em excesso com a informação de que a ministra a havia denunciado ao Ministério da Defesa de tentar favorecer a TAM e a Gol no ne-

gócio. Zuanazzi disse que tentou tranquilizar Denise, ao explicar que o então ministro Valdir Pires não havia encontrado motivos para abrir inquérito.

O também ex-diretor da Anac Leur Lomanto e o ex-procurador da autarquia João Ilídio negaram qualquer pressão para liberação da venda. Lomanto disse que não aceitaria “pressão de quem quer que seja”. João Ilídio afirmou que não foi pressionado, não se sentiu pressionado e não admitiria ter sido pressionado.

Frota encolhe e aumenta ao sabor das finanças



Lenta agonia atingiu auge nesta década

A lenta agonia da Varig durou mais de quinze anos, durante os quais a empresa apresentou sucessivos negativos balanços financeiros – no de 2004 registrou-se um prejuízo de R\$ 5,7 bilhões – e teve 11 diferentes presidentes desde 2001 (contra apenas oito nas sete décadas anteriores). As dívidas, que já eram grandes, tornaram-se monstruosas, na casa de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões, dependendo da fonte.

As dificuldades vividas pela empresa foram agravadas pelo congelamento das tarifas aéreas nas décadas de 80 e 90 (Planos Verão, Cruzado etc.), mas têm origem em uma administração aparentemente ineficiente, irregularidades internas e na crise geral do setor aéreo mundial. A antiga Varig moveu ação contra o governo federal (com vitória em primeira instância) pedindo uma reparação em torno de R\$ 4,5 bilhões pelos alegados prejuízos causados pelos planos econômicos. A extinta Transbrasil recebeu R\$ 750 milhões em 1998 pela mesma razão.

Novo plano de reestruturação de emergência foi aprovado e a empresa obteve mais prazo para tentar quitar suas dívidas. Os credores decidiram promover um leilão para a venda por inteiro ou separadamente dos ativos. Os preços mínimos

Reduzir os custos operacionais de um setor que ainda sofria as consequências dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 era essencial. A Varig então tentou, em 2003, uma fusão com a TAM, incentivada até pelo governo federal, mas que fracassou. O próximo passo foi entrar na Justiça com um pedido de recuperação judicial, deferido em junho de 2005. Com a decisão, a Varig teve seus bens protegidos de ações judiciais por 180 dias e ganhou prazo de dois meses para apresentar um plano de viabilidade e de recuperação a seus credores. Não deu certo.

A saída foi iniciar a venda da empresa em fatias. Em novembro de 2005, a TAP Air Portugal aliou-se a investidores brasileiros para adquirir duas das subsidiárias – VarigLog (cargas) e VEM (engenharia e manutenção) –, garantindo o pagamento de credores internacionais.



Aeronave da Varig (E) divide espaço com a da Gol no Aeroporto Antônio Carlos Jobim, no Rio

eram de US\$ 860 milhões (Varig Operações, que cuida dos vôos nacionais e internacionais) e US\$ 700 milhões (Varig Regional, que cuida das operações domésticas).

Em 20 de julho de 2006, a empresa é leilo-

ada por US\$ 24 milhões à VarigLog, única a participar do certame, que assumiu R\$ 245 milhões em bilhetes emitidos e o passivo de R\$ 70 milhões em milhas acumuladas do programa de fidelidade Smiles.

Após 5 mil demissões, a venda à Gol

A nova administração da Varig cortou, somente em 28 de julho de 2006, mais de 5 mil postos de trabalho, sem o pagamento das verbas rescisórias, que estavam arroladas no plano de recuperação judicial, bem como os quatro meses de salários atrasados e dívidas diversas com os mesmos. O número de demissões pode parecer grande, mas, ainda hoje, a Varig tem mais funcionários que suas concorrentes diretas (Gol e TAM), apesar de contar agora com uma frota e faturamento muito inferiores.

Nos meses seguintes, a empresa tentou

retomar as operações comerciais e recuperar parte das rotas perdidas durante os anos anteriores. No final do ano, contava com 12 destinos nacionais e quatro internacionais. A Nova Varig recebeu em dezembro o certificado de homologação da Anac e as demais concessões para funcionar em definitivo.

A venda à Gol Transportes Aéreos, alvo de todas as polêmicas a partir das denúncias da ex-diretora da Anac Denise Abreu, ocorreu em abril de 2007. O controle da Varig Operacional e a marca Varig foram vendidos à Gol por US\$ 275 milhões. O problema da

sucessão de dívidas rende até hoje processos na Justiça. A Gol contesta decisão de uma instância trabalhista de Pernambuco atribuindo a ela o dever de pagar dívidas trabalhistas da ex-Varig.

Hoje, a VRG Linhas Aéreas S.A. – que opera a marca Varig –, empresa do grupo Gol, mantém 140 vôos diários para 14 destinos no Brasil e cinco no exterior. Sua frota é composta por 36 aeronaves Boeing, destacando-se os novos Boeing 737-700 e 737-800 incorporados desde o ano passado e que operam vôos domésticos e a ponte aérea Rio-São Paulo.

60 anos de glória...

7 de maio de 1927: É fundada pelo alemão Otto Ernst Meyer a Viação Aérea Riograndense, operando a linha Porto Alegre-Pelotas-Rio Grande com um avião Atlântico. Os primeiros pilotos eram todos alemães.

1941: Meyer passa a presidência ao primeiro funcionário da Varig, Rubem Berta, que a presidiu até morrer, em 1966.

1942: Adota o nome Varig e estabelece a primeira rota internacional (Porto Alegre-Montevideú).

1955: Primeiro vôo regular para os

Estados Unidos (Nova York).

1959: Primeiro jato é comprado (Sud Aviation Caravelle).

1960: Adquire o primeiro Boeing 707.

1965: Assume as linhas internacionais da desativada Panair.

1968: Inaugura sua primeira linha para o Japão.

1975: Adquire o controle acionário da Cruzeiro do Sul

1981: Adquire o primeiro Boeing 747



... e duas décadas de crise

1986: O Plano Cruzado congela os preços das passagens, mas não os custos das companhias aéreas, que continuaram subindo.

1990: Passa a enfrentar concorrência nas rotas internacionais, antes privativas da empresa, com Vasp e Transbrasil, além de companhias estrangeiras incentivadas com isenção de tributos. Varig registra prejuízo.

1991: Encomenda novas aeronaves à Boeing, mas a Guerra do Golfo eleva o preço do petróleo e acentua recessão do setor de aviação, que acumula prejuízos de US\$ 20,4 bilhões.

1992: Vende aeronaves e passa a pagar aluguel para utilizá-las.

1994: Processo de reestruturação, iniciado no ano anterior, inclui demissão de mais de 3 mil funcionários, renegociação de contratos de leasing, moratória de pagamentos por 60 dias e fechamento de 30 escritórios no exterior.

1999: Desvalorização cambial complica situação financeira da Varig, que agora tem na TAM sua principal concorrente, após o fechamento da Transbrasil e da crise da Vasp.

2001: Gol entra no mercado doméstico oferecendo passagens muito mais baratas. Atentados de 11 de Setembro mergulham indústria da aviação em outra crise, com prejuízos de US\$ 11,9 bilhões.

2002: Fundação Rubem Berta (fundo de pensão dos funcionários da empresa) rejeita acordo com credores.

2003: Varig e TAM iniciam operações compartilhadas de vôos, mas a fusão não acontece. TAM assume a liderança do mercado doméstico.

2005: Com o fim do compartilhamento de vôos, Varig cancela rotas. Gol assume segundo lugar no mercado doméstico. Varig entra com pedido à Justiça de um processo de recuperação judicial.

2007: Após dois anos de processo de desmantelamento, é vendida à Gol, única a fazer oferta em leilão público.

MEIO AMBIENTE No Brasil, 45% da energia utilizada é limpa; nos países desenvolvidos o percentual é de 6%

JOSE CRUZ



Senadores, deputados e outras autoridades defenderam, em sessão solene, ações ambientais

Congresso comemora Dia do Meio Ambiente

Com a presença do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da ex-ministra e senadora Marina Silva (PT-AC), entre outras autoridades, o Congresso realizou na última quarta-feira sessão solene comemorativa do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho. A sessão, requerida pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), foi aberta pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB).

Ele afirmou que a questão ambiental, até há pouco tempo restrita a especialistas e visionários, ganhou no espaço de menos de três décadas contorno de prioridade mundial. Efraim referiu-se ainda ao programa Senado Verde, que, por meio de pesquisas e estudos em todos os setores da Casa sobre os bons e os maus hábitos ambientais, elaborou diagnósticos do que é preciso mudar. A partir daí, boas práticas estão sendo adotadas, como a captação da água da chuva e a opção pelos biocombustíveis.

A questão das ameaças à sobe-

rania nacional em relação à Amazônia foi também abordada por Serys Slhessarenko, que lembrou discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Rio de Janeiro. Ele declarou que o mundo precisa entender que a Amazônia tem dono, a nação brasileira.

– As afirmações do presidente Lula não são imotivadas. Recentemente, o jornal britânico *The Independent* afirmou que a Amazônia é importante demais para ser deixada nas mãos dos brasileiros – lembrou. Na opinião de Serys, a compra de grandes áreas de terras da Amazônia significa uma nova forma de colonialismo.

A senadora Marina Silva afirmou que o Brasil dispõe de leis boas na área ambiental e que, nos últimos anos, tem avançado na aplicação dessas leis de uma forma que há 20 anos, quando o ambientalista Chico Mendes foi assassinado, seria inacreditável. Ela disse que o país tem que lutar pela sustentabilidade social, política, ambiental e econômica.

Do ponto de vista ambiental

o Brasil está muito à frente dos países desenvolvidos, segundo Marina Silva, pois 45% da energia que usa é limpa, enquanto os países desenvolvidos usam apenas 6% de energia limpa. Ela destacou ainda que o país tem grande potencial de produção de biocombustíveis e de alimentos sem desmatamento ilegal.

Carlos Minc disse que Marina Silva será a eterna ministra do Meio Ambiente e que ele, em apenas 12 dias no ministério, já veio ao Congresso 12 vezes. Além das propostas em tramitação para proteção da biodiversidade, outro assunto importante, segundo Minc, é a aplicação das leis.

Para o senador Fernando Collor (PTB-AL), todos os habitantes do planeta terão que mudar seus hábitos para proteger a vida na Terra. Renato Casagrande (PSB-ES) disse que há que se lamentar que 98% das florestas dos países ricos já tenham sido devastadas e alguns desses países não busquem alternativas para diminuir a produção de gases poluentes.

Venda de terras na Amazônia será discutida

A comercialização de terras na Amazônia será discutida em audiência pública pelos senadores que integram a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Requerimento nesse sentido, apresentado por João Pedro (PT-AM), foi aprovado na última quinta-feira.

Segundo João Pedro, o debate visa esclarecer notícias veiculadas pela mídia sobre a negociação de áreas rurais no município de Manicoré (AM). De acordo com as notícias, a organização não-governamental (ONG) Cool Earth, comandada pelo sueco Johan Eliasch, é dona de 160

mil hectares no município. Em entrevista à Rede Globo de Televisão, o empresário afirmou que sua ONG atua na área para evitar que ocorra a extração ilegal de madeira e para promover o desenvolvimento da população local. Conforme a reportagem, a presença de entidades internacionais na Amazônia, entre elas a Cool Earth, está sendo investigada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

– Precisamos discutir a legalidade da aquisição dessas terras e também criar leis que regulamentem a ocupação da Amazônia – ressaltou.

Comissão mista recebe proposta de fundo mundial ambiental

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu encaminhar à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, do Congresso Nacional, sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para a criação de um fundo mundial ambiental.

O fundo seria composto de receitas oriundas de taxas de até 1% sobre as importações globais e ficaria sob a gestão e fiscalização do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

SIGA BRASIL - O Siga Brasil, sistema do Senado com informações sobre leis orçamentárias, terá um banco de dados relativo ao meio ambiente. Na sexta-feira, a Consultoria de Orçamentos e a Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) realizaram consulta pública, com a presença de organizações não-governamentais e outras entidades da sociedade civil, para colher sugestões para a montagem do banco sobre orçamento temático do meio ambiente.

EXPOSIÇÃO - O Salão Negro do Senado recebeu a mostra *EcoSoluções*, com trabalhos de 16 instituições, entre as quais o Senado, Câmara dos Deputados, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Petrobras. Foram expostos, como parte da programação da III Semana do Meio Ambiente, trabalhos sobre uso dos recursos naturais e da gestão ambiental, descarte, tratamento e reaproveitamento de resíduos.

Especialista propõe união pela causa ambiental

Como parte das comemorações da III Semana do Meio Ambiente, o presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (IPCC, da sigla em inglês), Rajendra Pachauri, foi recebido quarta-feira pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, e por senadores ligados à causa ambiental. O economista e cientista ambiental indiano, que desde 2002 comanda o órgão vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2007, afirmou que os países emergentes devem construir juntos políticas que visem à preservação dos recursos naturais do planeta.

– Brasil, Índia e outros países emergentes estão servindo de exemplo tanto para países em desenvolvimento quanto para os desenvolvidos no que se refere à preservação dos recursos naturais. É importante que esses emergentes trabalhem juntos nesse sentido. A coordenação entre eles pode melhorar ainda mais – avaliou.

No início de 2007, o IPCC apresentou relatório em que se concluiu que a ação humana é

provavelmente a maior responsável pelo aquecimento global nos últimos 50 anos, e que os efeitos dessa influência se estendem a outros aspectos do clima, como elevação da temperatura dos oceanos, variações extremas de temperatura e padrões dos ventos.

Para o IPCC, os países poderiam diminuir os efeitos ambientais do aquecimento global estabilizando as emissões de carbono em um patamar razoável até 2030 – isso custaria 3% do PIB (produto interno bruto) mundial.

Em nome da Frente Parlamentar Ambientalista, Serys Slhessarenko (PT-MT) disse a Pachauri que o trabalho do IPCC é referência para os parlamentares brasileiros empenhados na defesa do meio ambiente.

Marina Silva (PT-AC), que deixou o comando do Ministério do Meio Ambiente em maio, salientou que a visita de Pachauri ocorre num momento delicado, com a divulgação pelo Inpe de dados sobre o desmatamento de 1.123 quilômetros quadrados da Floresta Amazônica em abril.



Presidente do IPCC, Rajendra Pachauri (E), que participou das comemorações no Congresso, conversa com Marina Silva e José Nery

Transposição do rio São Francisco volta a ser debatida

Como parte da programação da III Semana do Meio Ambiente do Senado Federal, especialistas debateram no auditório do Interlegis o projeto do governo federal de transposição das águas do rio São Francisco. Os palestrantes detalharam questões relativas à obra e discutiram a viabilidade da iniciativa durante o seminário *Uso de potenciais hídricos: a questão da transposição das águas*.

Na ocasião, foram apresentados exemplos de alterações de cursos d'água em outros países, como Estados Unidos e Austrália, e também no Brasil (rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, e Alto Tietê, em São Paulo). Os palestrantes também trataram da viabilidade técnica e política da transposição do rio São Francisco, bem como sobre a legislação de recursos hídricos e licenciamento ambiental.

COMUNICAÇÃO - Na última terça-feira, o Senado promoveu palestra sobre o papel da comunicação nos conflitos socioambientais, integrada à programação da III Semana do Meio Ambiente. Ivan Dutra, consultor legislativo do Senado e membro do programa Senado Verde, abriu o debate criticando o comportamento dos veículos de comunicação na cobertura de matérias ligadas ao meio ambiente. Para ele, é dever do jornalista simplificar a notícia para o público.

SUSTENTABILIDADE - O arquiteto e integrante do projeto Senado Verde Márcio Stanziona Viggiano apresentou terça-feira, em palestra que integrou a programação da III Semana do Meio Ambiente, diversas medidas que o Senado tem tomado para evitar o desperdício de recursos e reutilizar materiais. Direcionada a estudantes de Arquitetura, a palestra teve como tema "Diretrizes de Sustentabilidade para Edifícios Públicos". Ele citou, entre outras medidas, o sistema de captação de água da chuva e a estação de tratamento que reutiliza a água.

COMISSÕES



Aloizio Mercadante (E), relator da matéria que regula crimes por meio da internet, preside reunião da CAE

Penas mais rígidas para crimes virtuais

Em breve, o país poderá ter uma lei destinada a combater, com mais rigor, crimes praticados por meio da internet, como o estelionato eletrônico e o acesso a rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado sem autorização do titular. Substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a três projetos sobre o tema e 23 emendas do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o relator, foram aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Azeredo relatou a matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Renan Calheiros (PMDB-AL) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) estão entre os autores das propostas, que regulamentam o uso da internet e combatem abusos na rede mundial de computadores.

Uma das emendas de Mercadante obriga o responsável pelo

provimento de acesso à internet a manter, pelo prazo de três anos, os dados de endereçamento eletrônico da origem, hora e data de acesso à rede, para fins de futura investigação, se necessária, mediante requisição judicial.

Outra emenda combate a pedofilia pela internet. A proposta também pune o receptor que divulgar fotografias, imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes. O substitutivo punia apenas quem produzisse, divulgasse ou vendesse o material erótico.

As emendas aprovadas também penalizam quem divulgar ou utilizar indevidamente informações e dados pessoais; atentar contra a segurança de serviço de utilidade pública; falsificar dados eletrônicos ou documentos públicos; e inserir *spams* que venham a danificar equipamentos de

terceiros, entre outras condutas. Neste último caso, a pena é mais dura: reclusão de dois a cinco anos, mais multa.

Senadores que participaram da reunião elogiaram o substitutivo de Azeredo e as emendas apresentadas por Mercadante. Os parlamentares concordam que a proposta – que já tem o aval do Ministério da Justiça – será importante instrumento no combate a crimes cibernéticos.

Também participaram dos debates os senadores Delcídio Amaral (PT-MS); Jefferson Praia (PDT-AM); Renato Casagrande (PSB-ES); Antonio Carlos Júnior (DEM-BA); Flexa Ribeiro (PSDB-PA); e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A proposta segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, será votada pelo Plenário do Senado.

Educação de jovens deverá ser articulada

A educação de jovens e adultos deverá articular-se preferencialmente com a educação profissional, segundo estabelece o Projeto de Lei da Câmara 18/08, que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A educação profissional e tecnológica abrangerá cursos de formação inicial e continuada, de nível médio e de graduação e pós-graduação. Conforme o projeto, a educação profissional técnica de nível médio será articulada com o ensino médio ou, de forma subsequente, em cursos destinados a quem já o tenha concluído.

FRONTEIRA – O projeto que determina a prorrogação do prazo para regularização de propriedades rurais em área de fronteira dividiu os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Para Gilberto Goellner (DEM-MT), o prazo deveria ser fixado em dez anos. Já João Pedro (PT-AM) e José Nery (PSOL-PA) ponderaram que a prorrogação retardaria a legalização de imóveis rurais, especialmente na região Norte. A matéria será debatida em audiência pública.

Cadastro nacional de menores desaparecidos

A criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, proposta pela senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O objetivo é facilitar o cruzamento de informações e a consequente localização dos menores desaparecidos.

Na justificativa do seu projeto (PLS 211/04), a senadora lembra que cerca de 10 mil crianças perdem-se de seus pais todos os anos.

MAUS-TRATOS – Um grupo de senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai, nos próximos dias, a Porto Alegre para a realização de uma diligência e uma reunião com o objetivo de apurar denúncias de maus-tratos cometidos pela Brigada Militar do estado contra representantes de movimentos sociais. A decisão foi tomada quinta-feira, com a aprovação de requerimento de autoria do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

CDR aprova assistência para construção de casa

Famílias com renda mensal de até três salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, poderão ter direito a assistência técnica pública gratuita para o projeto e a construção da casa própria. É o que prevê projeto de lei do deputado Zezéu Ribeiro que teve parecer favorável da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A proposição (PLC 13/08) determina que a assistência técnica – a ser concedida mediante apoio financeiro da União, dos estados e municípios – irá abranger ainda acompanhamento e execução da obra.

EMPRÉSTIMO – A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai realizar uma audiência pública com autoridades do Amazonas para instruir a votação da Mensagem 103/08, da Presidência da República, que autoriza a contratação de empréstimo externo entre o estado e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O requerimento é de Arthur Virgílio (PSDB-AM), que se diz preocupado com as denúncias de desvio de recursos no estado.

Empresários negam denúncias à CPI das ONGs

Em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não-Governamentais (ONGs), o proprietário da empresa Intercop, Luís Antônio Lima, negou qualquer irregularidade em contrato firmado com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), ligada à Universidade de Brasília (UnB).

Lima contou que, em 2000, por meio de termo de parceria firmado com a Finatec, a Intercop começou a desenvolver “um projeto inovador” para aperfeiçoar a prestação de serviços pela administração pública. A Finatec pagou R\$ 14 milhões pela metodologia e, a partir de 2005, repassou-a integralmente a algumas prefeituras por meio de contratos sem licitação.

A partir daí, a Intercop ficou encarregada do treinamento dos funcionários que iriam lidar com o programa. Por esse trabalho, receberia o valor de R\$ 160 a hora/aula.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) questionou o caráter inovador do projeto. O relator da comissão, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) observou que a Finatec só poderia dispensar a licitação se o repasse fosse tocado por outra fundação, e não por uma empresa privada como a Intercop.

Já a proprietária da empresa M2R, Romanna Remor e seu marido, Gileno Marcelino, negaram denúncias de que firmaram contratos de R\$ 1 milhão para elaborar um plano diretor de municípios.

A CPI ouviu ainda o ex-presidente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde (Funsauáde), José Dórea. De acordo com denúncias, R\$ 370 mil da Editora da UnB teriam sido repassados à Funsauáde para o desenvolvimento de projetos com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), mas foram desviados para outros fins.

Só fiscalização pode impedir remédios falsos

Especialistas em saúde e produtos farmacêuticos, em audiência pública no Senado, foram unânimes em afirmar que o combate à falsificação de medicamentos passa, obrigatoriamente, pela fiscalização na cadeia produtiva dos produtos, principalmente na distribuição, por meio de mecanismos de rastreamento que garantam a autenticidade dos remédios.

A audiência ocorreu na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e teve o objetivo de dar subsídios aos senadores no exame do projeto de lei, de autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO), que torna obrigatória a identificação dos medicamentos

por meio de sistema eletrônico (PLS 521/07). O requerimento para a realização do debate foi feito pelo relator, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), e pelo presidente da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

A “insuficiência” na fiscalização de toda a cadeia de distribuição de remédios foi lembrada pelo diretor-presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), Carlos Alexandre Geyer, durante os debates. Ele ressaltou que o Ministério da Saúde tem conseguido reduzir a falsificação de medicamentos no Brasil, mas que a carência na fiscalização ainda é muito grande.

Em discussão, o combate à violência contra idosos

O respeito aos direitos dos idosos foi apontado, em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, como o primeiro passo no combate à violência de que essa faixa da população tem sido vítima. Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e José Nery (PSOL-PA) participaram do debate.

Emídio Rebelo Filho, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), disse que a violência contra os idosos começa pela não aplicação da legislação vigente. Essa situação, afirmou, revela a falta de respeito com aqueles que construíram e que ainda contribuem para o desenvolvimento do país.

O subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cipriano, advertiu que é preciso prepa-

rar o Brasil para o fenômeno do envelhecimento, que não é apenas físico ou financeiro, mas essencialmente social.

Terezinha Tortelli, da Pastoral dos Idosos, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), avaliou que o abandono e a solidão são a maior violência contra essas pessoas.

A vice-presidente da Sociedade de Geriatria e Gerontologia, Jussara Rauth, observou que a maior violência contra os idosos brasileiros é não avançar na garantia dos seus direitos. Segundo disse, houve aumento significativo da produção científica e do conhecimento sobre o processo de envelhecimento dos seres humanos, mas, cobrou, é preciso disponibilizar todo esse avanço para as pessoas idosas.

COMISSÕES

CPI faz acareação entre pais de vítimas e acusado de abuso

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia realizou acareação, na última sexta-feira, na Assembléia Legislativa de São Paulo, entre Marcelo Sizino, que abusou de suas duas sobrinhas de 9 e 11 anos, e os pais das vítimas. As crianças relataram os abusos sofridos ao casal depois de assistirem a uma entrevista do presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), em um programa de televisão.

Também houve acareação entre o operador de telemarketing e pai-de-santo Márcio Toledo, preso desde o dia 23 de maio, e um informante da polícia que denunciou a rede de pedofilia. O pai-de-santo confirmou ter oferecido encontros com crianças por meio de salas de bate-papo na internet.

Durante seu depoimento, o informante denunciou outro pedófilo, e garantiu ter provas, como fotos, mas o nome do criminoso está sendo mantido sob sigilo. A testemunha explicou como chegou à sala de bate-papo chamada *Incesto* e como Toledo oferecia crianças, e que, por isso,



Malta (E) e Tuma (D) ouvem depoimento de Márcio Toledo: acusado negou-se a identificar agressores

decidiu denunciá-lo à polícia. A partir daí, os contatos entre os dois passaram a ser monitorados por um delegado.

Romeu Tuma (PTB-SP) informou à Agência Senado que a CPI ouviu na quinta-feira David Mel-

lero Júnior, companheiro de Márcio Toledo e acusado de abuso sexual contra crianças. Mello foi preso para averiguações.

Tuma contou ainda que Márcio Toledo negou-se a identificar as pessoas que aparecem em fotos

e vídeos praticando sexo com crianças.

Nesta semana, a comissão de inquérito deverá apresentar o primeiro conjunto de propostas para aumentar o rigor na punição dos envolvidos com pedofilia.

Mais um provedor entra no combate à pornografia infantil na rede

Os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia reuniram-se na última quinta-feira com o diretor de Relações Institucionais do provedor Universo On Line (UOL), Gil Torquato, para formalizar o apoio da empresa a ações de combate à prática da pedofilia.

Ficou acertado que o UOL deverá disponibilizar já a partir desta semana uma equipe para acompanhar, “durante 24 horas por dia e sete dias por semana”, o recebimento de denúncias referentes à divulgação de pornografia infantil em suas salas de bate-papo virtual. Essa equipe será responsável por excluir o material dessas salas, arquivando as informações por um período de dois anos e encaminhando a denúncia ao Ministério Público.

A CPI da Pedofilia já aprovou requerimento que pede a quebra do sigilo dessas informações. O UOL deverá encaminhá-las à comissão nesta terça-feira. O requerimento determina que deverão ser enviados à CPI os arquivos com textos, fotos e mensagens veiculadas na sala de bate-papo *Incesto* durante todo o período em que esteve ativa, além de dados sobre o endereço eletrônico de cada usuário que dela participou e os responsáveis pela criação e administração da sala virtual. O senador Romeu Tuma informou que foi definida ainda a adoção de medidas como a colocação de filtros nos conteúdos veiculados no provedor e a manutenção de dados de usuários para possível uso pela Justiça brasileira, a exemplo do que vem sendo feito junto ao provedor Google.

Casagrande vai sugerir projetos para controle público

Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou que apresentará, no próximo dia 3 de julho, o resultado do ciclo de debates *Controle Público – Instrumento de Cidadania*, inclusive com propostas de projetos de lei. Realizado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a pedido de Casagrande, o ciclo reuniu participantes que discutiram o combate ao desperdício e à malversação

do dinheiro público. O senador disse que as medidas punitivas devem fazer com que os responsáveis pela administração pública tenham “medo de qualquer atividade ilícita”.

Na última audiência, realizada na quinta-feira, coordenada por Marconi Perillo (PSDB-GO), o diretor-executivo da Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, defendeu a redução do número de nomeações para cargos federais comissionados.

Ele argumentou que o excesso de nomeações (27 mil no Executivo) é uma das causas da corrupção na administração pública.

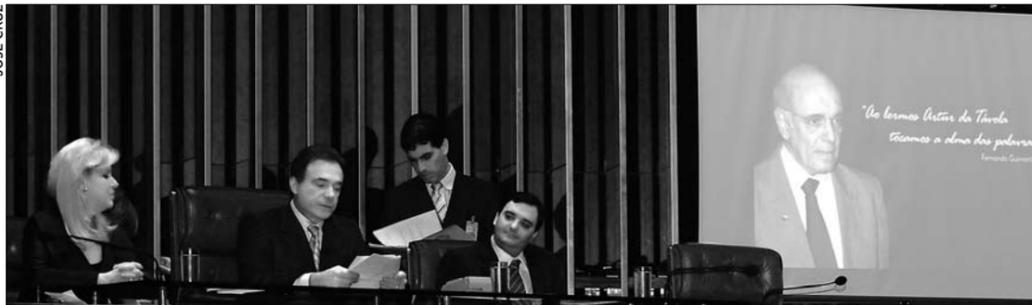
– Como o governo usa esses cargos? Comprando partidos e parlamentares e loteando o Estado, sob a alegação da governabilidade – declarou ele.

Para o ex-deputado federal Sérgio Miranda, “o debate sobre o processo orçamentário deveria tratar também das receitas e das

despesas financeiras da União, mas hoje se reduz às metas fiscais”. Não há, segundo ele, discussão sobre os prejuízos do Banco Central assumidos pelo Tesouro.

Durante a audiência, o jornalista Luis Nassif apontou que do ano passado a maio deste ano o Banco Central, em apenas uma modalidade de operação, deu prejuízo de R\$ 10 bilhões ao Tesouro e um lucro correspondente ao sistema bancário.

HOMENAGENS



Plenário reverencia a memória do ex-senador e jornalista falecido em maio, aos 72 anos

Senado lembra atuação de Artur da Távola

Em sessão especial, o Senado homenageou, na última terça-feira, o ex-senador, escritor e jornalista Artur da Távola, nome adotado por Paulo Alberto Monteiro de Barros, que faleceu no dia 9 de maio, aos 72 anos, por problemas cardíacos. Com a presença da viúva do homenageado, Miriam Ripper, e do filho Eduardo Monteiro de Barros, a sessão foi aberta pelo 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), que se referiu ao ex-senador como “genial”.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Vírgilio (AM), registrou que Távola foi fundador, presidente e líder do seu partido.

Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que os pais do jornalista eram migrantes que vieram do Líbano para o Rio Grande do Sul e, depois, foram morar no Rio de Janeiro, onde nasceu o filho homenageado. Por sua vez, Tasso Jereissati (PSDB-CE) considerou Artur da Távola como “um dos maiores oradores, um dos maiores mestres que passaram aqui

nesta Casa”.

“O trabalho de Távola, o seu esforço, a sua dedicação, tudo aquilo que ele produziu ao longo de sua vida, aqui, no Senado Federal, não passará”, sustentou o presidente Garibaldi Alves.

O presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE), Marco Maciel (DEM-PE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Mesquita Júnior (PMDB-AC), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) também homenagearam Artur Távola.

Senadores destacam luta de Brizola pela justiça social

O Plenário do Senado homenageou, na última terça-feira, a memória do ex-presidente nacional do PDT e ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul Leonel de Moura Brizola pelo transcurso do quarto aniversário de sua morte. A homenagem foi requerida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e contou com a presença de dirigentes do partido e políticos trabalhistas.

Na sessão, Paulo Paim (PT-RS) disse que Brizola acabou notabilizando-se na política do Brasil e do exterior por sustentar convicções e ideais dos quais nunca se afastou, como a justiça social. Cristovam observou que grandes nomes do cenário político, como o homenageado, jamais deveriam ser esquecidos.

Jefferson Praia (PDT-AM) destacou que Brizola “fez do seu discurso uma lição pontuada

e duradoura do seu amor pelo Brasil, ao eleger a luta pela democracia, pelos direitos civis e pela promoção social”. Já Osmar Dias (PR), líder do PDT, salientou que o ex-governador construiu 6.300 escolas no Rio Grande do Sul e 500 escolas em tempo integral no Rio de Janeiro – os Cieps.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que Brizola influenciou toda uma geração de políticos, notabilizou-se como membro da Internacional Socialista e teve sua vida marcada pela resistência à ditadura militar. Também discursaram Gilberto Gellner (DEM-MT), Geovani Borges (PMDB-AP), Augusto Botelho (PT-RR), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Nery (PSOL-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Voz do Leitor

JUROS BANCÁRIOS

“Os juros que os bancos públicos e privados cobram para quem vai tirar empréstimo são muito altos. Às vezes chegam até a 50% do valor emprestado, em um período de 12 meses. O governo federal deveria intervir nisso, reduzindo esse lucro exorbitante. As pessoas de baixa renda, que já estão sufocadas, terminam se complicando ainda mais após retirar empréstimo em um banco qualquer. As taxas são muito altas. O governo, se quer diminuir o desemprego e fazer o país crescer, deveria reduzir o lucro dos bancos.”

Adriano Henrique de Oliveira, de Caruaru (PE)

ARATU

“Sugiro aos parlamentares do estado da Bahia que trabalhem para tirar de Salvador o título de capital nacional do desemprego. A forma de conseguir isso será retirar o centro industrial de Aratu do papel e transformar em realidade o maior centro industrial do Norte-Nordeste do país, com empresas sérias que possam gerar empregos para a população.”

Paulo Sérgio Pessoa de Jesus, de Simões Filho (BA)

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

“Está na hora de os políticos deixarem de se preocupar com coisas que só interessam a eles e se preocuparem com algo de que toda a Humanidade precisa: a Floresta Amazônica. Como todos nós sabemos, a floresta vem sendo desmatada num ritmo preocupante e o governo não faz praticamente nada. Os fiscais do Ibama na região são poucos e não têm segurança para aplicar a

lei. O Incri dá terras a invasores e eles desmatam sem controle algum. Será que os políticos não conseguem enxergar isso?”

Émerson Figueiredo, de Campina Grande (PB)

JUSTIÇA

“Não acredito mais na nossa Justiça. Um policial, cumprindo o seu dever, fica realizado quando prende bandidos. O problema é que, dias depois, o mesmo delinqüente está de volta às ruas. Outra questão é que os viciados em drogas deveriam ter pena de prisão de um ano, em regime fechado no Exército, onde prestariam serviços. Assim, estariam afastados das drogas, quebrando o círculo vicioso.”

Lourival Custódio, de Blumenau (SC)

TRANSPARÊNCIA

“Gostaria de agradecer toda a transparência que o Senado está oferecendo aos cidadãos por meio da mídia. Quem dera que todos os órgãos federais tivessem tal transparência!”

Raphael Hiroshi Silva Murata, de Ceilândia (DF)

CARGA HORÁRIA

“Desejo sugerir que se pense no caso de redução de carga horária para os professores quando completarem 25 anos (mulher) e 30 anos (homem) de contribuição, pois já estamos chegando ao nosso limite. O desgaste físico e mental, com o passar do tempo, impossibilita que possamos exercer o trabalho como devíamos. Dessa forma, observa-se que a qualidade dos mais novos no mesmo trabalho é incomparável, é claro!”

Maria Sales Aguiar, de Pentecoste (CE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao senador

CÁLCULO DA APOSENTADORIA

Cláudio de Andrade Silva, Camutanga (PE)

“Existem milhares de aposentados e pensionistas no país que são prejudicados quando não é repassado aos seus benefícios o mesmo percentual concedido ao salário mínimo. Além disso, há o fator previdenciário. Como o senhor vê essa situação?”

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:

Eu venho há mais de 20 anos nessa peleja aqui no Congresso. Felizmente, o Senado cumpriu a sua parte. Aprovamos dois projetos de minha autoria, um que garante que o aumento integral do salário mínimo será estendido a todas as faixas de salários dos aposentados e pensionistas, e outro acabando com o fator previdenciário, que reduz o cálculo da aposentadoria em cerca de 40%. Posso te dar uma boa notícia: uma comissão da Câmara acaba de aprovar este projeto, que agora irá para o Plenário. Eu recomendo que todos façam uma pressão democrática para que a proposta que garante o aumento integral da aposentadoria para todos até 2.023 seja aprovada, como também a que acaba com o fator previdenciário. Tenho recebido apoio: foram 400 cartas das câmaras de vereadores e moção de apoio das assembleias legislativas de seis estados.



Agora é lei

Processos penais ganham agilidade

A simplificação do Código de Processo Penal, que é uma das metas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), começa a tornar-se realidade com a sanção de três projetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lei 11.689/08). As novas medidas modificam as regras do tribunal do júri, extinguindo a previsão de um novo júri; proíbem a juntada a processos de provas obtidas de forma ilícita; e determinam que o juiz pode estabelecer valor mínimo de indenização para a vítima sem a necessidade do protocolo de ação civil na Justiça para reparação de danos.

As propostas, que foram discutidas por sete anos no Congresso, foram sistematizadas por um grupo de trabalho formado no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e aprovadas em maio pela Câmara dos Deputados.

Uma das alterações exclui da legislação criminal a prerrogativa de novo julgamento no caso de crimes em que o réu foi condenado a pena de mais de 20 anos. A lei torna mais rígido o controle sobre provas ilícitas: a nova legislação prevê que o juiz que tiver acesso a alguma delas não poderá mais julgar o processo. Outro magistrado será chamado para o caso.

A definição de jurados também está sujeita a novos critérios. A idade mínima caiu de 21 para 18 anos. A escolha de sete nomes será feita a partir de uma lista de 25 pessoas, e não mais de 21. Quem for selecionado e não comparecer ao julgamento terá de pagar multa de um a dez salários mínimos.

O juiz pode estabelecer valor mínimo de indenização para a vítima, sem a necessidade de protocolo de ação civil na Justiça para reparação de danos morais, financeiros, físicos ou psicológicos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá sancionar um terceiro projeto, o PL 4.207/01. Uma das novidades envolverá a citação do réu, até então só possível pessoalmente, que poderá ser feita por meio de edital.

Frases

“Isso é uma bomba pronta para explodir dentro da ante-sala da Presidência, porque o Roberto Teixeira é compadre do Lula”

Demostenes Torres, sobre as denúncias de que o advogado teria influenciado o governo a aprovar a venda da Varig.

“Dilma [Rousseff] agiu como ministra, pois o povo na rua estava chorando com a crise da Varig e o Brasil vivia uma comoção com os acidentes aéreos”

João Pedro, defendendo a ministra da Casa Civil da acusação de tráfico de influência.

“É bom ter os números. Contra números não há argumentos”

Garibaldi Alves, ao cobrar explicações do governo sobre a pressão contra a proposta que estende aos aposentados o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo.

“Não sou ninguém, mas vou virar uma fera, vão ter que me enfrentar aqui neste Senado”

Mário Couto, reagindo à criação da CSS, aprovada pela Câmara dos Deputados.

“Os jovens estão funcionando como peças de reposição da indústria do tabaco”

Augusto Botelho, em apoio a campanha da Organização Mundial da Saúde.

“Estou enfrentando preconceito de ambientalistas por defender os interesses dos produtores”

Kátia Abreu, sobre pressões para seu afastamento da relatoria para meio ambiente do Orçamento.

“O que vai acontecer com o país quando os professores começarem a abandonar o magistério por medo?”

Cristovam Buarque, ao condenar agressões sofridas por professores do DF.

“Lastimo que muitas crianças sejam obrigadas a trocar o livro e o brinquedo pelo trabalho, muitas vezes doloroso”

Paulo Paim, sobre Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.

Foto da Semana

Alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal lotam o Salão Negro do Congresso para assistir ao teatro de mamulengos do artista Josias Wanzeller da Silva, funcionário da Gráfica do Senado. Como tema, dicas ecológicas. A apresentação, que se repetiu do dia 9 ao dia 13, fez parte das comemorações da III Semana do Meio Ambiente, uma iniciativa do Senado Verde



J. FREITAS

Imigração japonesa tem programação especial

A Rádio e a TV Senado apresentam nesta semana programas que abordam o centenário da imigração japonesa. O especial *Irashaimase! 100 anos da imigração japonesa no Brasil* vai ao ar pela Rádio Senado nesta sexta-feira, às 18h, com reprises no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h (leia mais sobre o assunto na página 4).

Irashaimase significa "seja bem-vindo" em japonês. No programa, serão contadas histórias como a de Takashi Morita, que migrou para o Brasil depois de testemunhar a destruição de Hiroshima pela bomba atômica, e a aventura de Yukiyo Matsunaga, filho de imigrantes, pioneiro do transporte coletivo em Brasília e um dos agraciados com a medalha de reconhecimento do imperador do Japão, Akihito.

A TV Senado irá exibir um programa especial sobre a comunidade de nipo-brasileira no Brasil, com

imagens históricas da chegada do navio *Kasato Maru*, em 18 de junho de 1908, trazendo as primeiras famílias de imigrantes, que vieram para substituir a mão-de-obra italiana nas lavouras de café, sonhando em juntar algum dinheiro e retornar para sua terra natal em, no máximo, cinco anos.

O programa, que vai ao ar neste sábado, às 16h30, com reprise no domingo, às 11h30, traz ainda a análise de especialistas sobre o assunto. A atração vai mostrar um pouco da história dos imigrantes japoneses em Campo Grande e em Brasília, além da influência da cultura nipônica nos hábitos brasileiros.

O espectador poderá ainda conhecer a história da imigrante de 103 anos de idade e do imigrante que tem no quintal de casa, no meio do cerrado, uma verdadeira floresta amazônica, com mais de 20 mil espécies diferentes de árvores.



MARCELA GUIMARÃES/FLICKR

Parada Gay de São Paulo reuniu cerca de 3 milhões de pessoas sob o tema "Homofobia Mata - Por um Estado Laico de Fato"

Saxofonista Sérgio Galvão é atração do *Conversa de Música*

Um dos maiores talentos da música brasileira, o saxofonista, compositor e arranjador Sérgio Galvão, acompanhado pelo violonista Henrique Neto, é o destaque do programa *Conversa de Música*, da TV Senado, que será transmitido neste sábado, às 14h30, e no domingo, às 19h45. No repertório, a divulgação do choro.

Sérgio Galvão nasceu em Brasília, mas atua no cenário musical brasileiro desde a década de 1980 e vem desenvolvendo trabalhos com músicos como Guinga, Djavan, Ivan Lins, Jorge Vercillo, entre outros. Sérgio é um músico de formação eclética, o que lhe garante uma agenda privilegiada, acompanhando vários artistas da música brasileira. Mas também tem conseguido manter autonomia para desenvolver trabalhos e projetos próprios.

A polêmica em torno dos direitos dos homossexuais

O debate sobre a garantia de direitos aos homossexuais está na pauta do programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, que vai ao ar às 12h pela Rádio Senado.

A Primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bixessuais, Travestis e Transsexuais (GLBT), realizada recentemente e prestigiada com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o parecer da Advocacia Geral da União oferecido ao Supremo Tribunal Federal, favorável ao reconhecimento jurídico da união entre pessoas do mesmo sexo, colocaram novamente o tema, que sempre gera polêmica, em foco.

De um lado, grupos em defesa dos direitos humanos e segmentos do poder público, além das entidades representativas do movimento GLBT, buscam assegurar direitos fundamentais a essa parcela da sociedade, combater a violência e a discriminação e promover a cidadania homossexual.

De outro lado, grupos religiosos e políticos se mobilizam para barrar projetos de lei que institucionalizam a união homoafetiva e que configuram como crime as manifestações de preconceito contra os gays. A polêmica é o tema da "Entrevista Especial" do programa.

Crise na oferta de alimentos e inflação no *Senado Economia*

O alto preço internacional dos alimentos e a ameaça de escassez impulsionam a inflação. Que fatores provocaram essa nova crise mundial? Há perspectivas de aumento da produção de alimentos para atender ao crescente consu-

mo?

Sobre o assunto, o *Senado Economia* desta segunda-feira entrevista Gustavo Henrique Taglialegna, consultor legislativo especialista em agricultura e abastecimento. O programa vai ao ar às 8h30.

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo
19h30 - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação

DOMINGO

6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
11h - Música do Brasil
12h - Música e informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2
Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - 3/4

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Estabilidade marca 20 anos da Constituição

A estabilidade democrática que caracteriza o Brasil desde 1988, período de vigência da Constituição federal, foi ressaltada pelos chefes dos três Poderes na abertura do Seminário *20 Anos da Constituição Cidadã*, promovido pelo Congresso, na semana passada, e que discutiu os significados da Carta na história do país.

O período, conforme afirmou o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), representa o mais longo de normalidade democrática desde a proclamação da República. A importância da Constituição no restabelecimento do estado de direito também foi ressaltada pelo vice-presidente da República, na ocasião representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e pelos presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia.

O espírito que marcou os trabalhos de elaboração da Carta Magna foi lembrado pelo deputado



Gilmar Mendes, Garibaldi, Chinaglia e José Alencar durante abertura do Seminário *20 Anos da Constituição Cidadã*

Mauro Benevides, à época presidente do Senado e vice-presidente da Assembléia Nacional Constituinte. José Alencar recordou a atuação de Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte.

Garibaldi destacou o “espetáculo democrático” vivido pelo país com a promulgação da Constituição. No entanto, disse esperar

uma reflexão sobre o grande número de emendas.

– O texto foi alterado em média três vezes por ano – frisou ele, defendendo maior clareza e simplificação do texto constitucional. Garibaldi também condenou a regra que permite ao Executivo “governar por medida provisória”.

Marco Maciel destaca ampliação de direitos

O pacto político que possibilitou a transição do regime militar à restauração da democracia no Brasil, na década de 80, foi classificado por Marco Maciel (DEM-PE) como o maior do período republicano. Ele fez a afirmação durante o seminário *20 Anos da Constituição Cidadã*.

– A Carta de 88 representou um grande avanço relativo aos direitos fundamentais. Uma grande contribuição foi o acesso à prestação judiciária pelo Estado. Sem isso, dizia Ulysses

[Guimarães], ela não seria uma constituição cidadã – afirmou.

A procuradora do estado de São Paulo Flávia Piovesan, a subprocuradora-geral da República Deborah Macedo Duprah, e o assessor da Secretaria Especial dos Direitos Humanos Ivair Augusto dos Santos também participaram do evento.

Valter Pereira (PMDB-MS) mediu o painel “Processo constituinte e participação popular”, que recebeu João Gilberto Lucas Coelho, coordenador do Centro

de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília (UnB); Francisco Whitaker, membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial; e Adriano Pilatti, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

Valter ressaltou a participação da sociedade civil na Constituinte. Para ele, o cidadão assumiu uma “participação efetiva” no processo. O deputado Michel Temer (PMDB-SP) também discursou sobre o tema.

Carta Magna de 88 foi decisiva para estruturar o país

A Constituição de 1988 foi decisiva para a estruturação e a montagem do padrão de proteção social e do trabalho do país, disse o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, em palestra no seminário *20 Anos da Constituição Cidadã*.

Ele destacou a “singularidade brasileira” na construção dessa proteção, e afirmou que não há tradição no país de rupturas políticas, econômicas e sociais e nem experiência com reformas e

revoluções.

O palestrante Ricardo Antunes, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Campinas (Unicamp), lembrou que a elaboração da Constituição ocorreu na década de 1980, caracterizada pelas lutas sociais e políticas. Ele mencionou fatos que marcaram o período, como a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), o nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a organização do Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST), “paralelamente à luta contra a ditadura militar”.

O advogado Ulisses Riedel classificou a Constituição como um grande avanço para a população. “Conseguimos elaborar leis, mas precisamos conseguir implementá-las. Um exemplo simples é o que colocamos na Constituição sobre o salário mínimo. Um simples artigo que, se nós conseguíssemos implementar, permitiria que o país avançasse muito mais”, concluiu.

Presidência

Pimentel toma posse no Ministério da Previdência

Ao discursar na cerimônia de posse do deputado José Pimentel (PT-CE) no Ministério da Previdência, na última quarta-feira, o presidente Lula disse que “a autonomia do Legislativo não permite que o Executivo seja chefe de ninguém”. O comentário foi feito um dia depois de o presidente do Senado, Garibaldi Alves, ter declarado que os Poderes da República são harmônicos entre si “e um não pode tratar o outro como inferior”.

À posse do ministro compare-

ceram o presidente do Senado e o da Câmara, Arlindo Chinaglia. Pimentel assumiu a vaga de Luiz Marinho, que vai disputar a prefeitura de São Bernardo do Campo (SP).

Na ocasião, o presidente da República se disse convencido de que o Brasil precisa de uma nova reforma da Previdência, com efeito para as gerações futuras. Em sua opinião, devido às dificuldades intrínsecas de aprovação de um projeto desses, “melhor seria fazer uma reforma para vigorar daqui a 30 anos”.

Nobel da Paz fala sobre microcrédito

O Prêmio Nobel da Paz de 2006, Muhammad Yunus, esteve na semana passada no Plenário do Senado para fazer pronunciamento sobre a instituição do microcrédito – modalidade de empréstimo criada por ele na década de

70 para atender à população pobre de Bangladesh.

A instituição fundada por Yunus chama-se Banco Grameen. “Se a pobreza não chega aos bancos, os bancos têm que chegar até a pobreza”, explicou.



Foi lançado na semana passada, na Biblioteca Luiz Viana Filho do Senado, o livro *Repercussão geral*, que trata do princípio que limita casos de recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O consultor legislativo Bruno Dantas transformou em livro sua tese de mestrado. O objetivo do autor foi esclarecer advogados e estudantes de Direito sobre o princípio da repercussão geral, contemplado pela Emenda Constitucional

45/04, que instituiu a reforma do Judiciário. O princípio visa, explicou o consultor, dar maior agilidade ao STF.

Compareceram ao lançamento o presidente do Senado, Garibaldi Alves, os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Marisa Serrano (PSDB-MS), a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Helival Rios, entre outros convidados.

ADMINISTRAÇÃO - Na última terça-feira, o Senado lançou o livro *Governando o governo*, sobre a modernização da administração pública. Trata-se uma coletânea de artigos de Antônio Carlos Pojo do Rego, Paulo Roberto de Almeida, Eitti Sato e Rogério F. Pinto, coordenada por Paulo M. Peixoto. “O título do livro é sugestivo de que o governo seja, de fato, a expressão do querer coletivo”, afirmou Marco Maciel (DEM-PE), ao abrir a cerimônia de lançamento da obra, na Biblioteca Luiz Viana Filho. Inácio Arruda (PCdoB-CE) também compareceu ao lançamento do livro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Birra e manha podem ser doença

Vai longe o tempo em que birra e manha explicavam todos os comportamentos das crianças e deviam ser corrigidos com broncas, castigos ou palmadas. Hoje se sabe que os pequenos podem sofrer com vários problemas emocionais. Estudos revelam que os transtornos ansiosos atingem entre 9% e 15% das crianças e adolescentes. Os mais comuns são o de ansiedade de separação (4%), o de ansiedade geral (2,7% a 4,6%), e as chamadas fobias específicas (2,4% a 3,3%). Veja nesta edição como identificar esses transtornos e ajudar crianças e adolescentes a superar esses problemas.



Transtorno de ansiedade generalizada traz medo e tensão

As crianças com transtorno de ansiedade generalizada (TAG) têm medo excessivo e sentimentos de pânico exagerados e irracionais diante de várias situações. Estão sempre tensas e muito preocupadas com o julgamento que os outros têm sobre o seu desempenho. Precisam exageradamente que as pessoas demonstrem confiança e as tranquilizem. Têm dificuldade para relaxar, reclamam de problemas físicos sem causa aparente e têm sintomas como palidez, suor excessivo, respiração acelerada, tensão muscular. Tendem a ser autoritárias quando querem que

os outros a tranquilizem.

A criança pergunta o tempo todo se o que as pessoas dizem é verdade, se recusa a iniciar qualquer atividade nova, pede para alguém verificar a lição a cada trecho terminado, mostra-se muito aborrecida e angustiada com o que pensam os colegas de escola sobre ela. Todo ou quase todo o tempo preocupa-se ora com uma coisa, ora com outra, causando tensão e irritação nas pessoas pelo absurdo da situação, sendo difícil acalmá-la. O início deste transtorno costuma ser imperceptível e depois vai se agravando até se tornar intolerável.

Reações exageradas exigem análise

Ansiedade é um sentimento vago de medo, apreensão, uma tensão diante de um perigo ou de algo desconhecido ou estranho.

Nas crianças, a ansiedade tanto pode ser transitória, como pode se agravar e exigir cuidados especiais. Consideram-se patológicos a ansiedade e o medo que são:

- ✓ desproporcionais em relação à situação que incomoda;
- ✓ estranhos para a idade da criança; e
- ✓ prejudiciais para a sua qualidade de vida, conforto emocional ou desempenho diário.

A ansiedade pode ser uma doença em si mesma, ou um

sintoma de outros problemas emocionais como depressão, psicose, transtornos do desenvolvimento etc. Os especialistas afirmam que cerca de metade das crianças com transtorno de ansiedade têm também outro transtorno emocional.

Como em quase todos os problemas emocionais, a ansiedade pode ser causada por vários fatores ligados à herança genética e às características do ambiente, cada um com um peso diferente para cada criança. Se não forem

tratados, os transtornos de ansiedade podem se tornar crônicos e, mesmo que às vezes pareçam melhorar, retornam em novas situações.

Quanto mais cedo os transtornos de ansiedade forem identificados e tratados, maiores as chances de evitar que eles tenham repercussão negativa na vida da criança, como baixo rendimento e evasão escolar, surgimento de doenças e de, possivelmente, problemas psiquiátricos na vida adulta.

Fobias são reações a situações específicas

Fobias são medos excessivos e persistentes relacionados a determinados objetos ou situações específicos.

Diante da situação de que tem medo, a criança corre para perto dos pais ou de alguém que a faça se sentir protegida e tem reações de choro, desespero, imobilidade ou agitação, ou até mesmo um

ataque de pânico.

É comum e saudável que as crianças tenham medo de pequenos animais, injeções, escuridão, altura e barulhos altos.

Mas quando reagem de forma excessiva, sem controle, e essa reação é persistente e prejudica suas atividades, é preciso buscar tratamento.

Transtorno por separação causa muito sofrimento

Quando a criança ou adolescente reage de forma excessiva ao afastamento dos pais ou de quem toma conta dela – numa idade em que isso não é esperado – e essa reação continua por pelo menos um mês causando sofrimento intenso e prejudicando suas atividades, é preciso verificar se ela não está sofrendo de transtorno de ansiedade de separação.

As crianças ou adolescentes com esse transtorno têm medo de que um acontecimento ruim (aci-

dente, seqüestro, assalto, doença etc.) os afaste definitivamente dos seus pais ou cuidadores. Por causa disso, demonstram apego excessivo, não permitindo o afastamento ou telefonando o tempo todo para saber se os pais estão bem. Em casa, querem companhia para dormir e resistem ao sono, que consideram uma separação sobre a qual não têm controle. Muitas vezes têm pesadelos sobre a perda dos pais e sofrem muito quando têm que ir para a escola, mesmo que

gostem e estejam adaptadas ao ambiente escolar.

As reações diante do afastamento dos pais podem incluir dor abdominal e de cabeça, náusea e vômitos, além de palpitações, tontura e sensação de desmaio, nas crianças maiores, causando grande estresse pessoal e familiar. A criança sente-se humilhada e medrosa, tem sua autoestima reduzida e pode chegar a ter problemas na vida adulta, principalmente o transtorno de pânico.

O que fazer?

- ✓ Observe atentamente o comportamento da criança, registrando com o máximo de detalhes as suas reações e relacionando as situações, procurando descobrir do que ela tem medo, com que intensidade, há quanto tempo, qual a situação que deu início a esse comportamento etc.
- ✓ Procure saber dos professores como a criança se comporta na escola
- ✓ Na dúvida, busque a ajuda de um psicólogo
- ✓ Participe ativamente do tratamento psicoterápico, cumprindo o que foi combinado
- ✓ Se os sintomas forem graves (o psicólogo saberá dizer), procure um psiquiatra porque pode ser necessário entrar com medicação

- ✓ Pais, professores, terapeuta e médico devem estar de acordo com relação aos objetivos e métodos do tratamento. Essa sintonia é fundamental
- ✓ Se a criança parou de ir à escola, é preciso que ela retorne o mais rápido possível, de forma gradual e respeitando as suas limitações e o seu sofrimento
- ✓ A família precisa ser conscientizada do problema e do tratamento proposto, para que todos incentivem a criança a recuperar sua autonomia, da maneira combinada
- ✓ Compreenda, abrace, beije, converse, mas não deixe de impor, com firmeza, disciplina e amor, os limites necessários à formação da criança

O que não fazer?

- ✓ “Diagnosticar” o problema sem uma análise criteriosa: “é birra”, “umas palmadas vão dar um jeito” etc.
- ✓ Expor a criança às situações das quais tem medo sem orientação profissional, ou pior, usando de violência ou sarcasmo
- ✓ Desqualificar a criança, fazendo com que ela se sinta inferior
- ✓ Demonstrar irritação, impaciência, gritar
- ✓ Deixar de buscar ajuda profissional até que o problema fique tão grave que afete o equilíbrio emocional de quem cuida da criança, causando ainda mais danos

Dificuldade de falar em sala de aula pode ser sinal de problema

Até os dois anos, o medo de estranhos é considerado natural. Mas, depois dessa idade, se as crianças têm medo contínuo e intenso da avaliação de outras pessoas, ou de se comportarem de maneira considerada humilhante ou vergonhosa (“todo mundo vai olhar para mim”; “e se eu fizer alguma coisa errada?”), pode-se suspeitar de um transtorno conhecido como fobia social, expresso por choro, ‘acessos de raiva’ e recusa em se relacionar

com pessoas que elas não conheciam. Crianças com fobia social sofrem ao falar em sala de aula, comer na cantina com os colegas, ir a festas, usar banheiros públicos, falar com professores e treinadores, e até de simplesmente conversar e brincar com outras crianças. Nessas situações, elas freqüentemente sentem palpitações, tremores, calafrios e calores súbitos, suor excessivo e náusea. É comum que também tenham depressão.

Saiba mais

Assoc. Bras. de Psiquiatria
Av. Presidente Wilson, 164 - 9º andar - Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20030-020
021 2199-7500
Rua Pedro de Toledo, 967 C1 - Vila Clementino
011 5549-6699
São Paulo (SP) - CEP 04039-032
www.abpbrasil.org.br

Universidade de São Paulo
Revista de Psiquiatria Clínica - www.hcnet.usp.br/ipq/revista

Scientific Electronic Library Online - Scielo Brasil
Rua Botucatu, 862 - Vila Clementino
São Paulo (SP) - CEP 04023-901
www.scielo.br